

**AGITADORES
A SOLDADO
DO IMPERIALISMO
NO MOVIMENTO
SINDICAL
PORTUGUÊS?**

No dia 29 de Agosto do ano corrente, o secretário-geral da Federação Internacional dos Têxteis, filiada na CISL, proferiu no Congresso dos Sindicatos Têxteis, da Suécia, reunido em Estocolmo, curiosas afirmações sobre o nosso país e a Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Essas curiosas afirmações ficaram registadas em acta, e dessa acta nos dá tradução e notícia o nosso colega "o diário", na sua edição de 20 de Outubro passado.

O secretário-geral da Federação Internacional dos Têxteis, sr. Charles Ford, declarou aos congressistas: "Quero agradecer calorosamente aos países escandinavos, pela sua contribuição para a campanha de recolha de fundos para Portugal. Ela possibilitou-nos o pagamento de três agitadores. Agora, depois das eleições parlamentares, poderemos apoiar os sindicatos democráticos contra a dominação comunista da Intersindical".

Para que não ficassem dúvidas sobre esta infame manobra, esta é encarada e confessada ingerência na vida sindical do nosso país, o sr. Charles Ford confirmaria posteriormente a compra desta traição, em declarações prestadas à Rádio Sueca.

Um outro sr. Ford, este presidente dos E.U.A., em afirmações recentes de que os nossos órgãos de Informação estatizada se fizeram serenamente eco, igualmente confirmaria — orgulhosamente — o êxito obtido pelos seus agentes na provocação e na desestabilização da vida política portuguesa.

Claro que não ficámos admirados. A técnica é velha e registam-se os seus favoráveis triunfos em numerosos países onde os trabalhadores lutam pela sua emancipação e pela moralização das relações de trabalho. Cabe aos trabalhadores portugueses ver quem está interessado na divisão e a quem ela serve. Divergências de opinião, desentendimentos pontuais, preferências por uma ou outra forma de organização, nada têm a ver com a traição, com o mercenarismo de alguns (três?) que arrecadam o ouro estrangeiro vendendo anos de história do povo a quem pertencem, e os interesses imediatos e futuros dos trabalhadores do seu país.

alavanca

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500

Esta reunião é, sem dúvida, a mais importante que o Movimento Sindical realizou até hoje. É a prova da resistência dos trabalhadores face aos seus inimigos de classe que, com formas subtis veladas, nos tentam enganar e dividir.

**VER REUNIÃO GERAL
DE SINDICATOS NAS PÁGS 3, 4 e 5**



DIPLOMAS INCONSTITUCIONAIS CONTRA OS TRABALHADORES

O Governo aprovou, na sua reunião de 19 de Outubro, um decreto-lei que altera a legislação sobre despedimentos elaborada depois do 25 de Abril (Dec.-lei n.º 324-A/75 e 84/76), e outro que cria uma comissão interministerial permanente para a contratação colectiva.

O texto do decreto-lei sobre despedimentos, reproduzido no comunicado do Conselho de

Ministros, permite desde já concluir que o Governo, cedendo às exigências do patronato reacçãoário da CIP e da CAP, bem como das multinacionais, atenta gravemente contra uma das mais importantes conquistas da Revolução do 25 de Abril que é a proibição — hoje constitucional — de despedimento sem justa causa. O diploma, agora aprovado, altera profundamente o conceito de

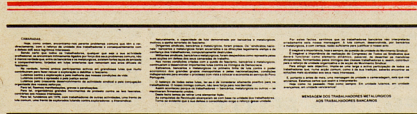
justa causa, alarga a enumeração dos factos considerados como tal, e permite, na maioria desses casos, o despedimento imediato sem processo disciplinar e com base em "averiguação oral e sumária". Os motivos considerados neste diploma como justa causa, violariam direitos fundamentais dos trabalhadores e permitiriam ao patronato — se vissem a ser aplicados — o despedimento a seu bel-prazer, sem o controlo exercido através do processo disciplinar e das organizações dos trabalhadores.


Quanto à Comissão Interministerial Permanente para a contratação colectiva não se conhece ainda o texto do diploma aprovado, mas é já altamente preocupante que o Conselho de Ministros revele no seu comunicado que a dita Comissão Interministerial tenha, entre outras atribuições, a de isentar do cumprimento de condições mínimas de trabalho, o que faz prever que estejam em preparação novas e mais graves medidas de congelamento da contratação colectiva, num momento em que mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores vêem os seus interesses imediatos prejudicados pelas impasses nas negociações dos seus C.C.T.

O Secretariado da Intersindical — dando cumprimento às deliberações do Plenário de 9 do corrente — denuncia o desrespeito, pelos poderes reservados da Assembleia da República, que representaria a aprovação destes diplomas pelo Governo; e o desrespeito, pela Constituição, se não houver participação organizada dos trabalhadores. E condena o desprezo que o Governo

manifesta em relação às posições positivas tomadas públicas pelo movimento sindical sobre a lei da Contratação Colectiva e, principalmente, sobre a Lei dos Despedimentos, matéria em que se reivindica a manutenção dos Decretos-Lei 372-A/75 e 84/76 — que asseguram, no essencial, a garantia da proibição dos despedimentos sem justa causa — rejeitando-se apenas o art.º 31.º do primeiro desses decretos-lei, artigo que limita a liberdade de Contratação Colectiva.

Compete, agora, aos órgãos do Poder previstos na Constituição, assumir sem ambiguidades a defesa dos princípios constitucionais, impedindo que tais diplomas venham a ser promulgados e a entrar em vigor. Os trabalhadores e o movimento sindical estão, pelo seu lado, firmemente dispostos a defender os seus direitos e as conquistas alcançadas, e a lutar pelo respeito e a aplicação da Constituição.





**EM UNIDADE LUTAMOS
EM UNIDADE AVANÇAMOS**

EM UNIDADE VENCEREMOS!

Este número inclui a 1.ª de uma série de «PÁGINAS DO CONGRESSO» que se destinam a ser afixadas nas empresas, nos sindicatos, nas colectividades populares e em todos os locais onde for permitida a sua afixação. Para esta iniciativa do ALAVANCA pede-se a colaboração militante de todos os trabalhadores





NOTICARIO SINDICAL

RGS DE FARO DENUNCIAR E COMBATER TODAS AS FORMAS DE DIVISIONISMO

O Ministério do Trabalho tem anunciado a sua intenção de elaborar decretos-lei, alguns dos quais já aprovados em Conselho de Ministros, sobre contratação colectiva, despedimentos, contratos a prazo, greve, controlo operário, saneamento nas empresas, trabalho rural, trabalho doméstico, etc. Deste modo, o Governo viola a Constituição, que deve ser o primeiro a cumprir e defender, pois ignora o direito de participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho (artigos 56.º e 58.º da Constituição) ou pretende substituir esse direito por uma consulta de fachada que não engana ninguém.

Considerando estes factos altamente inquietantes e, ainda, que o Conselho de Ministros do dia 30 de Setembro, entre outras medidas antioperárias e inconstitucionais, revogou vários artigos da lei das associações sindicais, abrindo assim as portas ao pluralismo, e no dia 19.10.1976 um decreto-lei sobre despedimentos, que dá oportunidade aos patrões para despedirem a seu bel-prazer os trabalhadores — os sindicatos, delegações e secções de Faro, em Reunião Geral de Sindicatos deste Distrito, decidiram por unanimidade:

1. Repudiar e denunciar esta ofensiva antioperária do Governo, com que pretende do recuperar a economia

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ELABORAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Os trabalhadores Rodoviários do Distrito de Beja, reunidos em Assembleia Geral, para discutirem o projecto de regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos, aprovaram por unanimidade todos os pontos constantes apresentados no projecto da Comissão Nacional Organizadora Provisória para o Congresso (CNOCP), sendo rejeitadas todas as alternativas apresentadas pelos Sindicatos que subscreveram a "Carta Aberta".

Também os operários da Indústria Têxtil e da Construção Civil de Barcelos, reunidos em Assembleia Geral, no passado dia 10, aprovaram uma moção de apoio ao Congresso Nacional de Todos os Sindicatos. Na referida moção, os trabalhadores repudiam ainda: "as medidas antioperárias que o Governo tem tomado e que só têm favorecido a entidade patronal", e disseram "não a determinadas posições assumidas por alguns Sindicatos que só pretendem dividir os trabalhadores".

Por outro lado, os trabalhadores da CORAME reunidos em plenário aprovaram uma proposta de repúdio ao pluralismo sindical e de apoio à Central Única dos Trabalhadores Portugueses, a Intersindical Nacional.

nacional apenas favorece a recuperação capitalista;

2. Discutir e fomentar a discussão destes assuntos junto dos trabalhadores, mobilizando-os para a defesa das conquistas alcançadas, para a defesa da Constituição e exigindo que o Governo e a Assembleia da República a respeitem;

3. Apoiar activamente o Encontro Nacional de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores de 6 de Novembro, onde culminará o debate sobre legislação do trabalho, e que será a resposta organizada das

METALÚRGICOS DE COIMBRA REPUDIAM «CARTA ABERTA»

Os trabalhadores do Sindicato da Indústria Metalúrgica do Distrito de Coimbra, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, no passado dia 16, aprovaram por maioria (com uma abstenção) o projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos, salvo o art.º 35.º, que foi retirado.

Na mesma Acta foi aprovada por unanimidade uma moção na qual se repudia a recuperação capitalista e se considera que só com a Unidade de todos os trabalhadores, em torno do Movimento Sindical Unitário, conquistada, se, e que só

massas trabalhadoras à ofensiva antioperária e de recuperação capitalista;

4. Repudiar e combater todas as tentativas de pluralismo, o que passa pelo reforço da nossa unidade em torno dos objectivos comuns, como é a realização do Congresso de Todos os Sindicatos;

5. Reafirmar a sua vontade de lutar contra todas as formas de divisionismo desmascarando os falsos amigos dos trabalhadores, e a sua disposição de levar até ao fim o debate que irá garantir a participação de todos os trabalhadores no próximo Congresso dos Sindicatos;

a eles respeito, é possível evitar o regresso ao passado.

Decidiram, ainda, "protestar energeticamente contra a manobra incorrecta e desprezível que o Governo se intromete nos assuntos internos dos trabalhadores", e repudiar os signatários da "Carta Aberta", cuja finalidade é dividir o Movimento Sindical. Por último lançam um apelo à Unidade de todos os trabalhadores, exortando-os a participarem na realização do Congresso de Todos os Sindicatos, para a reestruturação da Intersindical Nacional".

METALÚRGICOS DE SANTARÉM CONTRA O PLURALISMO SINDICAL

Os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica do distrito de Santarém reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária no passado dia 16 de Outubro para discutir o Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos.

Do decorrer dos trabalhos foram feitas afirmações que revelam a perfeita consciência dos trabalhadores do que significa para o futuro da democracia no nosso país a unidade do movimento sindical. Numa moção aprovada por maioria, com quatro abstenções, a assembleia condenou energeticamente o pluralismo sindical, que "apadrinhado pelos signatários da "carta aberta" visa atingir o Organismo-Base das unidades dos trabalhadores — a Intersindical — com o objectivo de perturbar e impedir o desenvolvimento democrático das massas laborais.

Atirando que a "carta aberta" é um instrumento forjado pelas forças antioperárias à unidade da classe operária" e que "a unidade do proletariado nacional se deve concentrar no diálogo franco e aberto sem se desviar do âmbito sindicalista", a referida moção propõe que "não sejam toleradas intervenções na Organização Sindical nem ingerências a nível governamental nas estruturas sin-

dicalistas": que sejam "repudiadas todas as tentativas de recuperação capitalista", e que seja manifestado ao Governo, ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Conselho da Revolução, a firme disposição dos trabalhadores de continuar a luta pela defesa intransigente da Unidade Sindical", bem como da Constituição, e das conquistas revolucionárias feitas após o 25 de Abril de 1974, nomeadamente: as Nacionalizações, o Controlo Operário e a Reforma Agrária.

Noutra moção, apresentada por um grupo de trabalhadores da M.D.F., Tramaçal e aprovada por maioria com seis abstenções, os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica do distrito

TELECOMUNICAÇÕES CONTRA OS DESPEDIAMENTOS

Trabalhadores das Telecomunicações reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no passado dia 14 de Outubro, manifestaram o seu apoio à direcção do respectivo sindicato pelos continuados esforços para garantir o direito ao trabalho aos 23 camaradas despedidos a RTP após dez meses de suspensão de funções, e louvaram a acção desenvolvida pelo consultor jurídico, dr. João Godinho.

Foi anunciada a criação dum fundo voluntário de apoio financeiro aos 23 trabalhadores agora despedidos, e foi aprovada uma moção em que se apela "para que este caso tenha imediata resposta por parte dos trabalhadores, e não só das telecomunicações, nos seus locais de trabalho, em reuniões de sector laboral, em plenários de empresa e outras manifestações colectivas de organização sindical, pelo constituir, por certo, uma aberração jurídica das mais graves, praticada no âmbito do trabalho no Portugal do após "25 de Abril de 1974".

Em telegramas enviados ao Presidente da Assembleia da República e ao Secretário de Estado do Emprego, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações, denuncia como uma violação da Constituição a tentativa de despedimento colectivo dos trabalhadores da empresa multinacional AGFA-GEVAERT, e exigem que o Governo tome posição em defesa dos direitos dos trabalhadores e da economia nacional.

RODOVIÁRIOS DE LISBOA EXIGEM JULGAMENTO PARA BOMBISTAS E PIDEES

Atendendo a que continua a verificar-se a libertação de bombistas e de elementos da ex-PIDE/D.S., desrespeitando a Constituição e o repúdio expresso pelos trabalhadores contra todas as formas de violência, os delegados sindicais dos Transportes Rodoviários de Lisboa, reunidos em plenário, no dia 14 de Outubro, na sede do seu Sindicato, decidiram exigir, em moção aprovada por unanimidade, "um julgamento severo para todos os que conspiram contra a institucionalização da democracia, rumo ao socialismo, sejam eles bombistas (sobre os quais temos a garantia do Poder Constituinte), de que o e o desmantelamento da sua rede irá até ao fim), sejam eles PIDEs, sobre os quais há que fazer cumprir o art.º 309.º da Constituição; repudiar a onda de bombas lançada pelas elites, que reacţionária exigiu do Presidente da República e do Conselho da Revolução a libertação daqueles que a Constituição será cumprida".

CONTRA SANEAMENTOS À ESQUERDA

Foi enviado, pelo Secretariado da Intersindical Nacional, ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, Presidente da Assembleia da República e Ministério da Educação e Investigação Científica, um telegrama de protesto contra a "onda de saneamentos à esquerda perpetrada pelo M.E.I.C. que impede o normal funcionamento escolar e atenta contra o direito ao trabalho consignado na Constituição".

No mesmo telegrama o referido Secretariado Nacional esclarece a possibilidade da reposição do ensino contrário aos interesses populares e pede medidas que tenham como fim a situação atentatória aos direitos dos trabalhadores, nesta democracia rumo ao Socialismo".

COMISSÃO COORDENADORA DE COLECTIVIDADES TOMA POSIÇÃO

A Comissão Coordenadora das Colectividades das Freguesias de St.º António do Tojal, S.º Julião do Tojal e Fanhões, reunidas em plenário, no passado dia 9, tomaram a seguinte posição face ao ofício da Comissão de Reestruturação da G. dos Desportos, proveniente do MEIC e dirigido à Câmara Municipal de Louras em 23 de Agosto do corrente: "Qualquer reacção que vá contra a linha de orientação anteriormente enetada, após o 25 de Abril, por essa Direcção Geral e que vise a "massificação do Desporto, ter o nosso repúdio dado e que desejo de todos os nossos associados que seja confirmado e aprofundado o trabalho já enetado no fomento e apoio local ao desporto de massas que tão produtivo tem vindo a ser em vários aspectos, entre eles a saúde e a criação associativa".

FORMAÇÃO DA UNIÃO SINDICAL DE TOMAR

No decorrer de um plenário de Sindicatos do Conselho de Tomar, realizado no passado dia 4, foi aprovado, por unanimidade, a formação da União Sindical de Tomar. Para tanto, os delegados de vários sindicatos do País:

- as formas de luta que se venham a adoptar são de inteira justiça e provocadas pelas entidades patronais";

E decidiram:

1. Dar um prazo até ao dia 21/10/76 para termos e conclusão das negociações do C.C.
2. Que a Direcção peça a convocação de uma Assembleia Geral para o dia 21/10/76 às 18 horas, a fim de decretar formas de luta imediatas, que deve ser agrave, pois só assim o patronato cederá.
3. Que se dê início de imediato à forma de luta aprovada na referida Assembleia, pois o contrato devia ter entrado em vigor no dia 1/9/76.
4. Apelar a todos os trabalhadores de calçado, malas e afins do País e a todos os trabalhadores em geral para que apoiem e se unam lutando até ao fim pelo contrato colectivo de trabalho justo.
5. Que a direcção convoque uma conferência de imprensa para esclarecer a situação".

OPERÁRIOS CONSERVEIROS

O Sindicato dos Trabalhadores de Conservas de Oihão enviou um telegrama à Intersindical Nacional, no qual expressa a confiança, dos operários conserveiros de Oihão, em sua Confederação Geral de Sindicatos Portugueses.

TRABALHADORES DO CALÇADO EM LUTA PELO CCT

No passado dia 21 de Outubro, os trabalhadores do Sindicato Nacional da Indústria de Calçado, Malas e Afins, do Distrito de Aveiro, reunidos em Assembleia Geral, em Coimbra, consideraram que:

"a — tabela salarial apresentada pela Direcção do Sindicato na última Assembleia tem de ser defendida a todo o custo, porque a percentagem de aumento é inferior à percentagem da subida do custo de vida;

— na actual portaria de regulamentação de trabalho se teve de lutar para se conseguir a redução do leque salarial;

— a proposta apresentada pelas entidades patronais tem o objectivo de criar maiores diferenças salariais entre as várias categorias e entre homens e mulheres, para assim dividir os trabalhadores;

— o patronato com a sua proposta salarial, pretende dividir os trabalhadores para assim evitar que estes continuem a lutar juntos pelo contrato colectivo de trabalho justo;

— os artigos produzidos, se encontram

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL
DIRECTOR INTERINO: Jaime Marques Machado
16 páginas — Preço \$300
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
R/R Vitor Cordeiro - 1 - 2º - LISBOA
DELEGADO DO NORTE:
UNIÃO DOS SINDICATOS DO NORTE - Rua de Santa Catarina, 923-1 -
Terra Verdeza - PORTO
DISTRIBUIÇÃO - CDJ
COMPOSIÇÃO IMPRESSÃO
HEBRA PORTUGUESA
Rua Elias Garcia, 25, 2º - Venda Nova - Amadora

REUNIÃO GERAL DE SINDICATOS



SAUDAÇÃO DA CNOP

Camaradas:

A CNOP saúda todos os dirigentes sindicais presentes nesta reunião.

Esta reunião é, sem dúvida, a mais importante que o Movimento Sindical realizou até hoje. É a prova da resistência dos trabalhadores face aos seus inimigos de classe que, com formas subitas veladas, nos tentam enganar e dividir.

Temos motivos fortes para estarmos unidos, Camaradas!

É o avanço do patronato explorador e reaccionário, são as forças do capital, a tentarem, dia após dia, recuperar o que perderam nestes dois anos. É o capitalismo e o imperialismo internacional que, através dos seus agentes, tentam, em troca de marcos ou de dólares, impor-nos a repressão. São as leis antioperárias que saem quase diariamente. E a lei dos despedimentos, esse fantasma que assusta e traumatiza todos quantos vivem da venda da sua força de trabalho.

Uma boa grande parte de nós, trabalhadores, quando despedidos, são também desalojados.

É o caso das empregadas domésticas, dos porteiros e dos trabalhadores agrícolas.

Camaradas! Vivemos um momento grande e histórico para a vida e unidade do Movimento Sindical e, consequentemente, da classe trabalhadora.

A dinamização que se imprimiu junto dos trabalhadores à volta do Regulamento do Congresso e de questões divergentes entre algumas direcções sindicais permitiu, contrariamente aos objectivos de algumas forças, o reforço e o alargamento do nosso Movimento Sindical.

É uma realidade que hoje já ninguém pode desmentir. Milhares de trabalhadores que participaram em Plenários de Fábricas, Assembleias de Zona, Reuniões Gerais de Sócios, etc., apontaram para a Unidade e algumas assembleias exigiram às suas direcções caminhos e processos que venham a servir essa Unidade.

O momento que vivemos é histórico, camaradas!

Saibamos assumir as responsabilidades que nos cabem!

Saibamos ultrapassar algumas marcas por erros cometidos!

Saibamos, Camaradas, reforçar a Unidade existente!

A vinda dos Camaradas das Ilhas dos Açores e da Madeira, cuja presença nesta reunião é, para todos nós, animadora, mas, ao mesmo tempo compromete-nos, porquanto a solidariedade e o apoio a estes camaradas têm que ser um facto, porque as condições políticas nas Ilhas são ainda piores do que no Continente.

Saudemos, calorosamente, esses bravos camaradas!

Camaradas! Continuemos o trabalho de dinamização junto dos trabalhadores!

Para esta reunião, votos de bom e frutuoso trabalho!

EM FRENTE PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

EM FRENTE COM O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!

PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL (Central Única dos Trabalhadores Portugueses).

UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

Lisboa, 23 de Outubro de 1976.



REUNIÃO GERAL DE SINDICATOS

Cerca de 600 delegados, representando 224 sindicatos além de outros organismos sindicais, aprovaram no passado fim-de-semana, em Reunião Geral de Sindicatos realizada na FIL, o regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.

Outras importantes decisões foram tomadas, nomeadamente a marcação da data definitiva para a realização do Congresso (27, 28, 29 e 30 de Janeiro de 1977) e a eleição da CNOG (Comissão Nacional Organizadora do Congresso).

Da totalidade dos Sindicatos que participaram nesta Reunião Geral, 62 não se encontravam filiados na Intersindical, merecendo especial destaque a presença de 19 organizações sindicais com sede nas Ilhas Adjacentes.

Os trabalhos caracterizaram-se por uma grande vivacidade nas intervenções que, na generalidade, se centraram em dois grandes pontos: a necessidade de defender a Unidade do Movimento Sindical e a reestruturação e reforço da Intersindical, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

A ampla participação dos diversos organismos sindicais nesta Reunião Geral, demonstrou, mais uma vez, o isolamento a que os trabalhadores portugueses votaram as forças que, de forma

ninguém pode desmentir. Milhares de trabalhadores que participaram em Plenários de Fábricas, Assembleias de Zona, Reuniões Gerais de Sócios etc., apontaram para a Unidade e nalgumas assembleias exigiram às suas direcções caminhos e processos que venham a servir essa Unidade.

«O momento que vivemos é histórico camaradas!

«Saibamos assumir as responsabilidades que nos cabem.

«Saibamos, camaradas, reforçar a Unidade existente.

A presença das camaradas dos Açores e da Madeira, cuja

trabalhadores face aos seus inimigos de classe que com formas subtis e veladas nos tentam enganar e dividir.

«Temos motivos fortes para estarmos unidos, camaradas! É o avanço do patronato explorador e reacionário, são as forças do capital a tentar dia após dia recuperar o que perderam nestes dois anos, é o capitalismo e o imperialismo internacional que através dos seus agentes tentam em troca de marcos ou dólares impôr-nos a repressão. São as leis antioperárias que saem quase diariamente. É a lei dos despedimentos, esse fantasma que assusta



No domingo foram tomadas as mais importantes resoluções. O Projecto de Regulamento do Congresso apresentado pela CNOG veio a ser aprovado, por esmagadora maioria, sem que quase nenhuma alteração fosse introduzida. De salientar a decisão da Assembleia que estabelece que não sejam convidadas quaisquer entidades do Governo para assistir ao Congresso.

A data da realização do Congresso veio a ser estabelecida através da

aprovado na presente Reunião Geral de Sindicatos, prevê um prazo de cerca de 75 dias desde a distribuição dos documentos base até à data do Congresso, de forma a garantir a democraticidade da sua discussão pelos trabalhadores e da sua aprovação no Congresso;

«A Reunião Geral de Sindicatos de 23 e 24 de Outubro de 1976 de cide:

«1. Marcar para os dias 27, 28, 29, e 30 de Janeiro de 1977

CONGRESSO MARCADO

- VITÓRIA DA UNIDADE. ISOLAMENTO QUASE TOTAL DOS DIVISIONISTAS
- 289 ORGANIZAÇÕES SINDICAIS PARTICIPARAM NA RGS

velada ou descoberta, pretendem dividir o Movimento Sindical Português numa nítida manobra de apoio à recuperação capitalista e ao impedimento da consolidação da democracia no nosso país.

No início dos trabalhos, Maria Emília, da CNOG, dirigiu à Assembleia uma saudação, bem elucidativa da importância

presente nesta reunião é para todos nós animadora mas ao mesmo tempo compromete-nos porquanto a solidariedade e apoio a estes camaradas tem que ser um facto porque as condições políticas nas ilhas são ainda piores do que no Continente.

«Saudemos calorosamente esses bravos camaradas!

e traumatiza toos quantos vivem da venda da sua força de trabalho.

«Uma boa grande parte de nós trabalhadores quando despedidos, são também desalojados. É o caso das empregadas domésticas, dos porteiros e dos trabalhadores agrícolas.

«Para esta reunião votos de bom e frutuoso trabalho. EM FRENTE PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

EM FRENTE COM O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!

PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL — CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

CONGRESSO PELO REFORÇO DA UNIDADE

Grande parte da sessão de sábado foi ocupada com a descrição feita pelos diversos sindicatos participantes, do trabalho desenvolvido a nível regional, tendo em vista a preparação do Congresso.

Cerca das 13 horas (2 horas após o início dos trabalhos) ao ser anunciada, já nessa altura, a presença de 201 sindicatos, os participantes gritaram, com natural força e alegria, a palavra de ordem «Unidade, Unidade».



desta Reunião Geral de Sindicatos.

Disse a camarada Maria Emília:

«A dinamização que se imprimiu junto dos trabalhadores à volta do Regulamento do Congresso e de questões divergentes entre algumas direcções sindicais, permitiu contrariamente aos objectivos de algumas forças o reforço e alargamento do nosso Movimento Sindical.

«É uma realidade que hoje já

«Camaradas, continuemos o trabalho de dinamização junto dos trabalhadores.

«Camaradas vivemos um momento grande e histórico para a vida e Unidade do Movimento Sindical e consequentemente da classe trabalhadora.

«A CNOG saudou todos os dirigentes sindicais presentes nesta reunião.

«Esta reunião é sem dúvida a mais importante que o Movimento Sindical realizou até hoje. É a prova da resistência dos



Delit
Pon
maioria
e 4 abs
Pon
maioria
e 13 ab
Q
A ele
dos po
Genal
const
sindica
e P
Traba
Évora,
Comé
Caste
Porto,
Const
Electri
do No
Ferro
Porto,
Aveir
Metal
Porto
Rodov
Oficia
Merc
Penich
Rodov
Textei
Vestu
Hotele
de Li
Func
Secre
Os
proce
repres
No
vária
c h e
n o m
traba
Portu
traba
o teor
refer
Trab
Portu
pela t
traba
sindi
plen
23
gravi
do tra
nas
todos
Reun
apela
todos

Deliberação:
Ponto 1 — aprovado por maioria com 2 Sindicatos contra e 4 abstenções.

Ponto 2 — aprovado por maioria com 16 Sindicatos contra e 13 abstenções.

QUEM CONSTITUI A CNOC?

A eleição da CNOC marcou um dos pontos mais altos da Reunião Geral de Sindicatos, tendo ficado constituída pelos seguintes sindicatos: Administração Naval e Pescas de Lisboa, Trabalhadores Agrícolas de Évora, Cerâmicos de Coimbra, Comércio e Escritórios de Castelo Branco, Comércio do Porto, Construção Civil de Faro, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul, Electricistas do Norte, Bancários do Centro, Ferroviários do Sul, Gráficos do Porto, Indústria do Calçado de Aveiro, Lanifícios de Leiria, Metalúrgicos de Aveiro, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal, Rodoviários do Porto, Capitães, Oficiais e Pilotos da Marinha Mercante, Pescadores de Peniche, Químicos do Centro, Rodoviários de Lisboa e Setúbal, Têxteis de Braga, Porto e do Sul, Vestiário do Porto, Vidreiros, Hoteleiros de Braga, Panificação

conseguirem a unidade, condição indispensável para o reforço do movimento sindical.»

Quase no final dos trabalhos, três importantes moções foram aprovadas por unanimidade e aclamação.

Transcrevemos, seguidamente, a primeira das moções aprovadas:

NÃO AOS DESPEDIAMENTOS

«Considerando que a proibição dos despedimentos sem justa causa foi uma das mais importantes conquistas que a Revolução do 25 de Abril trouxe aos trabalhadores, como garantia do direito ao trabalho e à segurança no emprego;

«Considerando que essa conquista dos trabalhadores foi consagrada expressamente na Constituição da República (Art.º 52.º, alínea c) ao serviço daqueles mesmos objectivos de defesa dos trabalhadores contra a exploração capitalista e de construção de um regime democrático em transição para o Socialismo;

«Considerando que esse direito dos trabalhadores estava já garantido eficazmente, no essencial, pelo regime dos Decretos-Leis n.ºs 372-A/75 e 84/76;



curso.

«A Reunião Geral de Sindicatos a decorrer em Lisboa no dia 23 de Outubro de 1976 com a presença de 224 Sindicatos, dos quais 62 não

não fazendo cumprir a Constituição, como lhes compete, acabam por dar cobertura a essas ilegalidades;

«3. Solidarizar-se com os camaradas que cumprindo o seu

«Considerando a vergonhosa actuação do Ministério do Trabalho ao longo de todo o processo relativo ao CCT da Panificação, sempre ao lado dos interesses do patronato, atentando e dando cobertura, aos ataques contra os mais elementares direitos e garantias dos trabalhadores, chegando mesmo ao cúmulo de deles publicamente desdenhar;

«Considerando que ao patronato e ao Governo, nomeadamente no Ministério do Trabalho cabem as maiores responsabilidades na privação por parte dos trabalhadores e do Povo Português, de um dos seus alimentos essenciais — o pão — quando, na sua cegueira e mutismo totais ante os problemas que afectam as classes trabalhadoras, recusando proteger os seus interesses, empurraram para a greve os trabalhadores da Panificação.

«Os Sindicatos reunidos em plenário em 23 e 24 de Outubro de 1976 na FIL, decidem:

«— Repudiar a política antioperária atirada para a recuperação capitalista do Governo e sobretudo do Ministério do Trabalho;

«— Solidarizar-se com os trabalhadores da Panificação e manifestar-lhes o seu total apoio, com o qual poderão contar caso decidam enveredar por novas formas de luta.»

Um comunicado da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, emitido no fecho dos trabalhos, salientava que «a extraordinária assistência a esta Reunião Geral representa, sem sombra de dúvida, o isolamento a que os trabalhadores portugueses estão a votar todas aquelas forças que pretendem instalar no Movimento Sindical português o divisionismo», e só foi possível a partir do enorme «esforço de mobilização desenvolvido pelas comissões dinamizadoras distritais», que em pouco mais de um mês promoveram em todo o país «1422 reuniões de esclarecimento, discussão e participação, na tarefa tão importante como é a de reorganização e reforço da Unidade do Movimento Sindical».

PARA JANEIRO

de Lisboa, Construção Civil do Funchal e um elemento do Secretariado da Intersindical.

Os sindicatos dos Açores irão proceder à eleição de um representante daquele distrito.

No decorrer dos trabalhos várias foram as saudações chegadas à Mesa, nomeadamente dos trabalhadores da Robbiac Portuguesa (zona sul) e de 2 mil trabalhadores bancários. Eis o teor da primeira das saudações referidas: «O Conselho de

«Considerando que o Governo aprovou um decreto-lei sobre despedimentos que vem novamente permitir os despedimentos sem justa causa anulando as garantias do processo disciplinar e reconhecendo ao patronato a mais larga «liberdade» para despedir e suspender os trabalhadores;

«Considerando que esse decreto-lei é inconstitucional não só por violar direitos fundamentais dos trabalhadores

filiação da Intersindical, 12 Federações, 16 Unões Distritais, 3 Unões Locais e 25 Secções ou Delegações Sindicais, delibera:

«1. Repudiar o decreto-lei antioperário e antioperário do Governo sobre despedimentos;

«2. Exigir a manutenção em vigor do Decreto-Lei n.º 372-A/75, com as alterações feitas pelo Decreto-Lei n.º 84/76;

«3. Exigir a revogação do Art.º 31.º do D.L. n.º 372-A/75 por este vedar as convenções colectivas e estabelecer normas sobre despedimentos;

«4. Alertar os órgãos do Poder para a ofensiva de recuperação capitalista que, destruindo as conquistas e os direitos dos trabalhadores, visa a destruição da nossa democracia;

«5. Denunciar a afrontosa violação da Constituição da República que tal decreto-lei representa.

«6. Manifestar a sua firme confiança em que o Conselho da Revolução e o Presidente da República farão cumprir a Constituição impedindo a promulgação e entrada em vigor de tal decreto-lei.»

A segunda moção aprovada é do seguinte teor:

«A Reunião Geral de Sindicatos, tomando conhecimento das perseguições a que dirigentes e delegados sindicais têm sido sujeitos, decidem:

«1. Denunciar a acção das forças reacçãoárias comandadas pela CAP e pela CIP que, com apoios locais da PSP e da GNR, têm perseguido e até prendido dirigentes e delegados sindicais;

«2. Denunciar a apatia do Governo e alguns casos a complicitade dos tribunais que

dever de militantes sindicais, na defesa dos interesses dos trabalhadores, têm sido alvo de repressão;

«4. Denunciar a exigir a imediata

Trabalhadores Bancários reunidos na sede do seu Sindicato na habitual reunião de sócios das quartas-feiras, saúdam calorosamente todos os Sindicatos presentes nos trabalhos preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos para a unidade dos trabalhadores e reestruturação da Intersindical.

Conscientes da importância do momento actual no que respeita à unidade do Movimento Sindical apolam a realização do Congresso e expressar o sentir de alguns milhares de Bancários, através das assinaturas que se juntam, recolhidas após o arbitrário encerramento da assembleia de 15/10/76, e em que repudiam a «Carta Aberta».

Em frente com o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses

Abaixo o Divisionismo
Unidos Venceremos

revogação do anunciado decreto-lei sobre despedimentos.

«Abaixo os decretos antioperários, pelo direito ao trabalho, contra os despedimentos, pelo cumprimento da Constituição rumo ao socialismo.»

Finalmente, transcrevemos a terceira moção aprovada:

«Considerando a injusteza dos objectivos visados pelos trabalhadores da Panificação ao porem em prática a forma de luta recentemente levada a cabo;



Trabalhadores da Robbiac Portuguesa (zona sul) composto pela Comissão representativa de trabalhadores e delegados sindicais, reunido em sessão plenária em Lisboa no dia 23.10.76, consciente da gravidade e da responsabilidade do trabalho que hoje se processa nas instalações da FIL, saudou todos os sindicatos presentes na Reunião Geral de Sindicatos apelando para que desenvolvam todos os esforços no sentido de

reconhecidos pela Constituição, mas ainda por versar matéria da competência reservada da Assembleia da República e por ter sido elaborado sem participação dos trabalhadores;

«Considerando que, ao aprovar o dito decreto-lei o Governo fez uma grave ofensa às exigências do patronato reacçãoário da CAP, da CIP e das multinacionais, colaborando assim na ofensiva de recuperação capitalista em

PROVOCACÃO E PRÁTICA REACCIONÁRIA

O número 80 deste jornal, de 21 a 27 de Setembro último, incluía, na página dedicada ao Noticiário Sindical, uma notícia com o título "Delegados do Governo Boicotam o INATEL".

Os visados, major Lobo César e Dórdio de Guimarães, nomeados ainda pelo então Ministro de Trabalho, capitão Tomaz Rosa, por carta de 8 do corrente, invocando a Lei da Imprensa, solicitaram ao seu director a publicação da sua resposta.

Porém, atentos aos termos provocatórios e difamatórios desses documentos, este jornal, ao abrigo da mesma lei, recusou a sua publicação.

Este semanário é porta-voz dos trabalhadores na defesa intransigente dos seus interesses, direitos e conquistas, e nunca instrumento de divulgação de medidas e posições dirigidas contra esses objectivos fundamentais.

Não nos propomos fazer a análise do teor das pretensas respostas, que desde já rapidamente, porquanto os métodos e termos usados por esses senhores são já sobejamente conhecidos pela sua natureza directa junto do INATEL e pelo conhecimento público, de sua iniciativa, através da revista estatizada "Vida Mundial", de que o segundo é redactor.

Com efeito, esses delegados do Governo, em confirmação do que havia sido referido, vêm actuando no INATEL, no sentido de criar os maiores obstáculos à consecução dos seus reais objectivos que, no fundamental, se dirigem ao melhor aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores nos seus aspectos sócio-cultural, educativo e recreativo. Assim, integrados numa linha de acção antipopular e antipolular interessada na recuperação capitalista procuram sistematicamente neutralizar medidas inovadoras de reestruturação e funcionamento que vinham a ser adoptadas naquela Instituição, afastar a participação e o empenhamento dos trabalhadores em geral de serviços e organismos a eles destinados, criar um clima de desconfiança e de antagonismo entre os próprios trabalhadores do

PETROGAL CONTRA O ESCÂNDALO DAS INDEMNIZAÇÕES

Pela Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal, mandatada pelo Plenário dos Representantes dos Trabalhadores, foi enviado ao Presidente da República, Assembleia da República, Conselho da Revolução, Provedor de Justiça, Primeiro-Ministro, Ministro de Indústria e Tecnologia, Ministro do Trabalho, Secretário do Estado de Energia e Minas, Secretário do Estado do Trabalho e Órgãos da Comunicação Social, um comunicado no qual se espelha, com toda a clareza, as razões nas quais esses trabalhadores se fundamentam para exigir às autoridades portuguesas que não se proceda à indemnização de 1000 contos, ao dr. Manuel de Castro.

Diz a Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal que, contrariamente ao comunicado do

INATEL com sérios reflexos nas relações humanas.

Na referida revista "Vida Mundial" os termos usados pelo major Lobo César e Dórdio de Guimarães são bem reveladores de um carácter e mentalidade pífidos visando gravemente os trabalhadores do INATEL e os próprios serviços, o que, face à lei os coloca numa situação passível de responsabilização criminal cujo processo não deixará de ser oportunamente acionado pelos lesados.

Entretanto e em data mais recente, como já não fosse o bastante para os inclinar nos mais diversos aspectos, entenderem, por sua conta e risco, exercer a gestão do INATEL, num duo, nas costas dos representantes do Movimento Sindical, usando, de modo abusivo, do nome do órgão que é comissão administrativa. Todos os actos de delinqüência são juridicamente inexistentes, não podendo, pois, em termos de direito, ser invocados para nenhum efeito. No entanto é de salientar que alguns deles a terem sido executados, gravemente lesariam interesses sérios e direitos fundamentais dos trabalhadores e colidiriam com o normal funcionamento de alguns serviços.

A situação de impasse que se mantém na gestão e funcionamento do INATEL é da exclusiva responsabilidade desses senhores e que já bem demonstraram em nada estar interessados no desenvolvimento de uma acção progressista e de franca colaboração com os representantes dos Sindicatos, a fim do INATEL, devidamente estruturado e dinamizado, poder assegurar total satisfação às necessidades dos trabalhadores nos aspectos valorativos atrás referidos.

Por assim ser, impõe-se, com a maior urgência o seu afastamento do INATEL, organismo o qual a puramente das suas responsabilidades decorrentes de todos os actos praticados em nome do INATEL, garantindo-se, assim, o cumprimento da lei. Nesse sentido estão a ser feitas diligências junto das entidades competentes.

Ministro Walter Rosa, o dr. Manuel de Castro, quando administrador da ex-Petrogal, provocou factos graves, que essa Comissão de Trabalhadores confirma e exemplifica largamente. E que, no entanto, em vez desse senhor estar sob a alçada da Justiça, o M.I.T. pretende premiá-lo com uma indemnização, gritantemente injusta, de 1000 contos!

Esse dinheiro é do Estado, que somos todos nós, portugueses, incluindo os trabalhadores da Petrogal. É necessário que seja esclarecido devidamente este assunto, o mais às claras possível, como é norma em regimes democráticos, de forma a que o Povo não seja lesado, e um ex-administrador indigne premiado, pelos seus mau serviços, com 1000 contos (mil contos) que pertencem ao erário público.

AS REALIDADES DESMENTEM A DEMAGOGIA MINISTERIAL

Continuam a suceder-se as manifestações de repúdio pela política direitista do MEIC.

Entretanto, o dr. Sottomayor Cardia parece demasiado preocupado em sanear os elementos progressistas do seu Ministério ou em expurgar dos livros escolares tudo o que lhe "cheire" a democracia ou a socialismo. Não tem portanto tempo para resolver os reais problemas do seu sector que através do acumular de erros parece apostado em paralisar. Claro que vai precisando de inventar umas quantas bruxas para lhe atribuir as culpas acerca do modo como estas coisas se vão passando.

Entretanto, ao contrário do que ele tinha dito, no dia previsto as escolas não abriram, milhares de professores aguardam colocação e outros tantos ainda estão sem saber se lhes é assegurada a continuação do seu emprego na docência.

Entretanto os órgãos de informação do Governo vão espalhando o contrário e propagando toda uma série de calúnias contra a luta dos professores.

UM BANDO DE IRRESPONSÁVEIS

Em comunicado recentemente distribuído a Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa depois de afirmar que a «democracia implica o respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de manifestarem sem entraves o seu desacordo em relação a medidas que consideram prejudiciais à sociedade» pergunta porque razão o Governo Civil obrigou a que fosse alterado o percurso da manifestação: seria para que se não visse que, numa noite chuvosa como aquela, 10 mil pessoas manifestaram o seu repúdio pela política do MEIC?

Para já uma certeza: a de que não será a demagogia ministerial que poderá modificar seja que circunstâncias for. O problema existe e não serão as calúnias do senhor ministro que o poderão ocultar.

Num país com uma percentagem de analfabetos que ronda os 30 por cento o MEIC, em vez de se preocupar com professores e suspender as actividades da Direcção Geral de Educação Permanente, paralisando o Plano Nacional de Alfabetização, e saneando dezenas de professores. Enquanto milhares de alunos correm o risco de ficarem sem professores e outros são colocados em turmas superlotadas, 4000 professores do Ensino Primário devidamente habilitados estão presentemente sem emprego.

No Ensino Secundário então a situação é ainda mais gritante pois, numa altura em que seria necessário criar mais 5300 salas de aula, milhares de professores estão ameaçados de desemprego, ou então irão engrossar as fileiras do "Quadro Geral de Adidos".

Apesar de tudo isto, o senhor ministro continua a pretender que o povo português acredite que os professores deste país não passam de um bando de irresponsáveis que mais não pretendem que fazer cair o Governo.

EMPREGO NA DOCÊNCIA

No decorrer de um plenário realizado na Aula Magna da Fletoria

da Universidade, os professores da Grande Lisboa exigiram a "garantia de emprego na docência para todos os professores".

Carca de dois mil professores participaram nesta reunião no decorrer da qual foi também aprovada a exigência de que sejam garantidos os salários a todos os professores — colocados ou não a partir do primeiro dia deste mês.

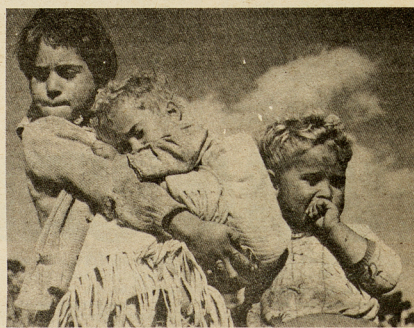
Os professores deliberaram delegar na direcção poderes para negociar com o MEIC os processos de colocação. De acordo com a decisão do plenário, as colocações realizar-se-iam, numa primeira fase,

pela primeira vez, assim como aqueles que vêm do Quadro Geral de Adidos".

ENCONTRO NACIONAL

Amnhã, a partir das 15 e 30, realiza-se mais uma reunião da Comissão de Acção encarregada da preparação do próximo Encontro Nacional de Professores.

Durante uma reunião realizada na passada semana na sede do Sindicato da Grande Lisboa, os delegados sindicais dos professores discutiram formas de dinamizar



a seguir às recondições automáticas dos professores efectivos ou agregados à escola, devendo realizar-se um primeiro encontro para todos os restantes que com o seu habilitações próprias leccionaram no ano transacto. A proposta apresentada pela direcção e aprovada pelos professores presentes consigna "a abertura de um segundo curso para os que concorreram ao ensino

a acção sindical que irá culminar na realização do Encontro. No decorrer dessa sessão de trabalho, os delegados sindicais deliberaram apelar aos professores para que estes, em forma de grupos de docentes, dinamizem as escolas das suas zonas e realizem reuniões de intercómuns de escolas, com vista à elaboração de teses e discussão de outras formas de participação no Encontro Nacional.

ARBITRARIEDADES E PREPOTÊNCIAS

As "situações de completa marginalização de trabalhadores e tentativas de afastamento de outros" que se verificaram em Secretarias de Estado da Comunicação Social (SECS) e da Cultura (SEC), foram denunciadas

pelos trabalhadores desses dois departamentos do Ministério da Comunicação Social, em assembleia geral realizada no passado dia 14.

Em moção aprovada pela assembleia, foram denunciadas ainda as "constantes arbitrariedades e prepotências por parte das hierarquias" de que os trabalhadores da função pública estão sendo vítimas. Referem, a este propósito, as suspensões de "trabalhadores do MEIC (concretamente da Direcção-Geral de Educação Permanente e da Direcção-Geral dos Desportos) suspensos por motivos alheios à sua actividade profissional" e "repudiam as acções empreendidas contra os funcionários e colaboradores do Gabinete de Programação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, impedidos durante meses de exercer convenientemente as suas funções e agora desligados o compulsivamente desse serviço".

Os trabalhadores das duas Secretarias de Estado do MCS, exigem que o Governo ponha termo a estas situações e que assegure "o pleno emprego, a integração dos marginalizados e o fim das suspensões".

ESCOLA PARADA POLÍCIA À PORTA

Professores e alunos da Escola Preparatória do Professor António Pereira Coutinho, em Cascais, foram surpreendidos, no passado dia 18 (dia da abertura das aulas), pela presença de elementos da PSP, que declararam estar ali em serviço do MEIC e com a incumbência de averiguarem se as aulas iniciaram ou não na data acima referida. Reuniões em plenário, no dia 19, os professores daquela Escola decidiram repudiar os processos do MEIC que afirmam "pretendem não reconhecer a autonomia das Comissões de Gestão, desconfiando destas, e preferindo, para a recolha de impressões, a PSP, em vez da Gestão ali existente".

PANIFICAÇÃO UM PROBLEMA POR RESOLVER

O regresso ao trabalho "não é um recuo, ou uma derrota" acentuou um dos elementos da direcção, de Lisboa, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação no decorrer do plenário realizado na passada quarta-feira na "Voz do Operário", durante o qual os trabalhadores do sector decidiram interromper a greve.

Conscientes da perturbação que estavam a causar aos trabalhadores com menor poder de compra, e perante a maré especulativa que o patronato reacçãoário desencadeou, os trabalhadores decidiram enveredar por outras formas de luta, dispostos a prosseguir o seu combate pelo reconhecimento dos direitos que lhes assistem.

Os trabalhadores da panificação assinalaram o aproveitamento reacçãoário que as forças do capital estavam a fazer da sua luta justa. O patrão ao mesmo tempo que exorbitavam com o preço do pão — o qual chegou a rondar os 40 escudos — tentavam voltar às camadas menos esclarecidas da população contra os trabalhadores.

ESPECULADORES

Em perfeito desrespeito pelo que é estabelecido na lei da greve, o Governo consentia que pessoas não qualificadas realizassem as tarefas que cabiam aos trabalhadores em luta. Criminosamente, permitiu que familiares e amigos dos patrões fabricassem pão sem estarem providos de atestados de sanidade, dando boa mostra da atenção que lhes merece a saúde pública. As autoridades não só permitiram a realização de todos estes atropelos, como ainda — em perfeito desrespeito pelo consignado na lei — não permitiram que os

trabalhadores fiscalizassem o exercício da greve, antes protegeram patrões e seus apaniguados, que apenas pretendiam retirar chorudos lucros destas formas de luta para que os trabalhadores foram empurrados.

Sempre que os trabalhadores pretendiam agir na defesa dos seus direitos, registaram-se intervenções das forças da ordem, como no caso de Guimarães em que os piquetes de greve foram destruídos pela GNR, ou em Lisboa onde se verificaram acções da P.S.P.

Contra os direitos dos trabalhadores, protegeu-se a ganância dos especuladores e agitou-se a bandeira da calúnia e do boato.

UMA NOVA FRENTE DE LUTA

A "informação pluralista" que por aí enxameia, descobriu que a greve não passava de uma manobra provocada por certas forças políticas e apelou para o que de mais retrogrado existe na consciência das pessoas, pretendendo que estas se voltassem contra os trabalhadores em luta. A falta de esclarecimento que atinge ainda largas camadas do nosso povo, permitiu que em alguns casos a reacção conseguisse consumir os seus objectivos. Foram estas as razões que levaram os trabalhadores da panificação a terminar a sua greve e a abrir uma nova frente na batalha que há longos meses vêm travando para conseguir o seu contrato de trabalho.

Conforme foi afirmado no decorrer do plenário na Voz do Operário, "a luta continua, mas agora fomentando não há outras classes trabalhadoras para que elas nos possam apoiar".

No referido plenário, os operários da indústria de panificação deliberaram prosseguir por outras vias o seu processo reivindicativo.

Deste modo, estão a cumprir o horário diurno, conquista de se não estão dispostos a ser desaposados.

Logo que a Portaria de Regulamentação de Trabalho por o sector seja publicada, os trabalhadores reunir-se-ão em plenários para a discutir e tomar uma posição sobre ela.

De qualquer modo não permitirão que os patrões, ou o Ministério do Trabalho, lhes venham agora roubar direitos que tanto esforço custaram. Dispostos a conservar a sua unidade e coesão, saberão derrotar todas as manobras que visem dividir-lhes e não cederão perante o patronato.

SINDICATOS NO M.T.

A última reunião da Comissão Técnica encarregada de estudar a Portaria de Regulamentação de Trabalho realizou-se já há cerca de 15 dias. Mas embora a comissão tenha dado o seu parecer, a última palavra caberá sempre ao Ministério do Trabalho que poderá alterar o que entender e publicar o que entender.

Actualmente a publicação das tabelas salariais está dependente dos pareceres do Ministério do Comércio Interno, da Secretaria de Estado do Comércio e Indústria e da Secretaria de Estado da Indústria Leigeira.

Os representantes da Federação dos Sindicatos da Panificação devem desloca-se ainda hoje ao M.T. para tomarem conhecimento de alguns pontos da portaria, em especial dos que se referem ao horário de trabalho e às tabelas salariais.

Será em função desses dados que os trabalhadores irão definir a sua conduta futura no que diz respeito à luta pela satisfação das suas reivindicações, à luta pelo direito ao trabalho.

TRABALHADORES DA MOAGEM:

«A NOSSA LUTA É POLÍTICA»

No decorrer de uma conferência de imprensa realizada no passado dia 18, trabalhadores químicos do sector de moagens, alimentos compostos, massas alimentícias e descaque de arroz, deram a conhecer o boicote que tem sido levado a efeito pelo patronato relativamente às negociações do novo contrato Colectivo de Trabalho.

Em documento distribuído durante a referida conferência de imprensa, declara-se em dado passo: "As negociações do CCT que abrangem cerca de 4000 trabalhadores da produção, romperam-se na reunião realizada em 13 do corrente no Ministério do Trabalho, por boicote do patronato, boicote trazido na apresentação de contraproposta de salários e subsídios de turno e de alimentação totalmente inaceitável".

Esclarece-se, mais adiante, que "a contraproposta patronal não altera os salários de grande maioria dos trabalhadores, o que significa a manutenção de salários de 4550\$00 a 5750\$00 para as categorias do maior densidade. Para as melhores empresas, para as quais prevêem um aumento de 10 por cento, não haverá também nenhuma melhoria, já que estas praticam salários superiores à Tabela". Lembra-se, em seguida, que

"recusando esta contraproposta os trabalhadores tentaram evitar a ruptura das negociações dispondo-se a aguardar até 20 do corrente a apresentação de proposta negociável. Isto foi recusado pelo patronato".

A terminar afirma-se: "A nossa luta, é política!"

É política porque lutamos contra a recuperação capitalista, porque expressamos os direitos dos trabalhadores numa sociedade a "caminho do socialismo".

A nossa luta é política porque não cedemos à chantagem patronal que pretende recuperar interesses perdidos, nomeadamente pretendendo retirar-nos direitos e regalias que só o 25 de Abril nos possibilitou.

A nossa luta é política porque exigimos do Ministério do Trabalho que se defina e diga de que lado está.

— Se com os trabalhadores que lutam pela manutenção dos direitos conquistados e pela actualização de salários; com os trabalhadores que criam toda a riqueza;

— Ou se com o patronato que mais não pretende que continuar a explorar-nos, aumentando os lucros de uma ainda maior exploração, inclusive pressionando aumentos de preços.

CONTRA DIVISIONISMO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Reunidos em Assembleia Geral realizada no passado dia 7, os trabalhadores do Sindicato dos Ajudantes e Praticantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros, aprovaram três moções em que repudiam o seguinte:

1. "As tentativas de divisão do Movimento Sindical, nomeadamente a "Carta Aberta", e realismo o seu apoio total à unidade do Movimento Sindical."
2. "A libertação de pides e bombistas, autênticos factores contrários à democracia e à construção de uma sociedade a caminho do socialismo. Que a verdade sobre os bombistas e demais terroristas venha ao de cima e seja levada até às últimas consequências."

Os trabalhadores reunidos nesta Assembleia Geral "exigem que seja cumprida a Constituição nomeadamente no que respecta ao art. 58.º, no qual se consigna o direito das Associações Sindicais serem consultadas acerca da legislação do trabalho".

TELEVISÃO EM RGT

UM INTOLERÁVEL ABUSO DE PODER

Os trabalhadores da RTP realizaram uma reunião geral a fim de debater o problema dos despedimentos que se verificaram naquela empresa pública e que atingiram 23 colegas seus.

Neste encontro fizeram-se representar os sindicatos dos gráficos, da construção civil, telecomunicações, escritórios, metalúrgicos, engenheiros técnicos do sul, rodoviários, trabalhadores de espectáculos e técnicos de desenho, os quais representam a quase totalidade dos trabalhadores da RTP.

Para além dos que acorrem ao Villaret, outros funcionários da televisão nacional tiveram o ensejo de acompanhar a reunião espalhados pelos emissores. Nomeadamente no caso de Monsanto, Lumiar, Mendro, Montemor, Loussá, Porto, etc.

OS DESPEDIMENTOS SÃO ILEGAIS

Logo no início da reunião foi afirmado que os delegados sindicais, democraticamente eleitos, e a acceptação das suas ideologias pessoais, consideravam que os despedimentos eram perfeitamente ilegais.

Chamado a pronunciar-se, o advogado do Sindicato das Telecomunicações começaria por chamar a atenção para o facto de o afastamento daqueles trabalhadores não passar de uma arbitrariedade, mas uma arbitrariedade que "hoje vitima uns trabalhadores e amanhã pode atingir os que nos estão a ouvir".

Referindo que, até este momento, não houve nenhum militar ou civil que tivesse sido pronunciado por estar comprometido em irregularidades ou acções do 25 de Novembro, acentuou que a decisão tomada pela Administração da RTP constituía uma usurpação do poder, pois não era a ela que competia definir responsabilidades criminais e tirar licenças para procurar justificar o rompimento dos contratos de trabalho.

Fazendo um relato circunstanciado das irregularidades e ilegalidades em que foi ferido este processo, João Godinho passou em análise alguns dos argumentos de que se servem aqueles que pretendem acusar os trabalhadores agora despedidos de haverem cometido irregularidades, destacando que estes se limitaram — aliás, como era habitual — a cooperar com a força militar que como em tantas outras vezes, garantia a segurança da RTP. Até porque, a Comissão Administrativa de então não

deu qualquer esclarecimento ou ordeno no sentido de que não fossem acatadas as indicações da E.P.A.M.

UM ARREMEDO DE LEGALIDADE

Mas nada disso preocupou a administração da RTP que, antes mesmo de ouvir os acusados e as testemunhas, antes das questões serem julgadas, emitiu as notas de culpa e posteriormente despediu 23 trabalhadores e suspendeu mais alguns.

E isto apesar de o próprio ministro do Trabalho — era então secretário de Estado — ter declarado que nenhum trabalhador poderia ser despedido por implicação no 25 de Novembro, uma vez que ele tinha um carácter militar e não disciplinar.

Tudo isto é ignorado num processo que até meteu um "senhor" juiz para lhe dar um arremedo de legalidade, um processo que se conclui com as citações que o capitão Tomás Rosa faz do Manual de Direito Administrativo, pretendendo apresentar os escritos do fascista Marcelo Caetano como lei justificativa destes despedimentos. Um processo bastante "sul generis" em que os trabalhadores

acusados de praticar uma série de actos tinham de apresentar provas de que... os não haviam praticado!

Existem mesmo trabalhadores que a administração despediu e que neste momento têm já em seu poder documentos passados pela P.J.M. (liberando-os de qualquer comprometimento nos acontecimentos de 25 de Novembro).

Em face de todo um arozedo de ilegalidades, os trabalhadores visados não aceitam os despedimentos e remeteram o assunto aos tribunais competentes, exigindo, para além da sua reintegração nos seus postos de trabalho, a liberação das acusações que lhes foram formuladas.

Durante a RGT da televisão registaram-se bastantes intervenções, todas elas apontando para a necessidade dos trabalhadores se unirem, não permitindo que legalidades deste tipo sejam cometidas. Construindo uma unidade real que, ultrapassando as pequenas divergências, se concretize em acções práticas.

Acentuando a inconstitucionalidade de que se revestem estes despedimentos, os trabalhadores presentes manifestaram-se no sentido de exigir, neste como em todos os outros casos, um efectivo cumprimento da Constituição.

CAMARADAS:

Hoje, como ontem, encontramos-nos perante problemas comuns que têm a ver, directamente, com o reforço da unidade dos trabalhadores e consequentemente com a defesa dos seus legítimos interesses.

Sendo certo que todos os trabalhadores, qualquer que seja a sua actividade profissional, se encontram intimamente ligados por força dos seus problemas comuns, não é menos verdade que, entre os bancários e os metalúrgicos, existem fortes laços de amizade e companheirismo, forjados em lutas anteriores que remontam aos anos difíceis do fascismo.

Na verdade, fomos ambos participantes activos em grandiosas lutas que muito contribuíram para fazer recuar a exploração e debilitar o fascismo.

Lutámos contra a exploração e pela melhoria das nossas condições de vida.

Lutámos contra a opressão e pela justiça social.

Lutámos pelo crescente desenvolvimento da actividade sindical e pela conjugação organizada dos nossos esforços.

Para tal, fizemos manifestações, greves e paralizações.

Para tal, organizámos grandes movimentos de protesto contra as leis fascistas, contrárias aos nossos interesses.

Para tal, fundámos em 1970, com trabalhadores de outras actividades, uma frente de luta comum, uma frente de explorados lutando contra exploradores: a Intersindical.

Naturalmente, a capacidade de luta demonstrada por bancários e metalúrgicos, motivou a sanha terrorista do fascismo.

Dirigentes sindicais, bancários e metalúrgicos, foram presos. Os "sindicatos nacionais" bancários e metalúrgicos foram encerrados e as direcções legalmente eleitas e da confiança dos trabalhadores, compulsivamente destruídas.

Militantes sindicais, bancários e metalúrgicos, foram despedidos como represália pelas suas acções em defesa dos seus camaradas de trabalho.

Nas novas condições criadas com a queda do fascismo, bancários e metalúrgicos, continuaram a desenvolver importantes lutas contra os inimigos da Democracia.

Estivemos, bancários e metalúrgicos na primeira linha de luta contra o poder económico dos grandes grupos monopolistas e pelas nacionalizações, condições indispensáveis para encetar o processo com vista a colocar a economia ao serviço do Povo Português.

O balanço de todas estas lutas, ter-se-á de considerar altamente positivo para os trabalhadores. O nosso inimigo comum, não teve força para nos derrotar.

Assim aconteceu porque os trabalhadores — bancários, metalúrgicos ou outros — se mantiveram firmemente unidos.

Deste facto temos de retirar uma elemental lição.

As conquistas da Revolução alcançaram-se com base na unidade dos trabalhadores.

Torna-se evidente que a sua defesa e consolidação exige o reforço dessa unidade.



EM UNIDADE LUTA EM UNIDADE AVANÇA

"O julgamento dos que tentaram dividir os trabalhadores está já a ser feito pelos próprios trabalhadores. E a sentença ficará decerto na história do Movimento Sindical Português" — foi afirmado recentemente por um elemento da Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa, para o Congresso.

E essa sentença é já clara e inequívoca, em todas as reuniões, plenários, assembleias gerais, ou reuniões gerais de sindicatos: os trabalhadores acusam, condenam e isolam os divisionistas com a força espontânea da sua unidade. Os trabalhadores revelam-se tanto mais unidos, quantos mais esforços fazem para os desunir.

Os trabalhadores estão definitivamente unidos em torno dum projecto de vida onde não cabem mais explorações, e onde a miséria, a ignorância, o servilismo e o medo, serão irremediavelmente coisas do passado.

Os trabalhadores estão unidos em torno duma democracia a consolidar e dum socialismo a construir: projecto que o Povo português inscreveu na sua Constituição e de que os trabalhadores assumem a defesa intransigente.

Porque os trabalhadores sabem que só unidos poderão consolidar e defender essa democracia que tantos querem destruir, mesmo muitos daqueles a quem compete a sua defesa. Porque os trabalhadores sabem que só firmemente unidos, disciplinadamente organizados e lucidamente vigilantes, poderão manter abertas as vias para o Socialismo, conceito que muitos fingem ter esquecido e outros afeiçoam, sob encomenda, às medidas dos seus compromissos com aqueles a quem não interessa o Socialismo em Portugal.

E os trabalhadores estão perfeitamente conscientes de que só a caminho do Socialismo, estarão construindo para os seus filhos um futuro livre, digno, responsável e participante. E estão, também, conscientes de quem quer destruir a unidade dos trabalhadores, a exploração desenfreada da sua força de trabalho fizeram as greves, o fascismo defendeu durante 48 anos pelo terror da repressão, torturas, dos pides.

As forças antidemocráticas jogam no pluralismo sindical e no desunido, baterias contra a Central Única dos Trabalhadores — a Intersindical — sabem que quando os trabalhadores estão unidos e organizados em torno de trabalho, e em todas as relações sociais, uma moral e uma ordem, à existência de parasitas, de corruptos e de traficantes do trabalho.

Isto também os trabalhadores compreendem melhor do que ninguém: que no decorrer de centenas de plenários e assembleias — só no distrito de Lisboa e Porto foram cerca de 630 em pouco mais de um mês — os trabalhadores, com a organização do Congresso de Todos os Sindicatos, a reestruturação da Intersindical Nacional, repudiando a estratégia do pluralismo sindical, e isolando o reduzido grupo que tendo, momentaneamente, os seus pontos esclarecidos, hoje se debate na auto-defesa, conciliar as suas afirmações iniciais com a realidade que agora enfrenta.

Desses 630 plenários realizados nos distritos de Lisboa e Porto, destacamos as seguintes posições:

EM UNIDADE VEN



le de luta demonstrada por bancários e metalúrgicos, scismo.

ários e metalúrgicos, foram presos. Os "sindicatos nacio- foram encerrados e as direcções legalmente eleitas e da impulsivamente destruídas.

os e metalúrgicos, foram despedidos como represália pelas e camaradas de trabalho.

as com a queda do fascismo, bancários e metalúrgicos, ortantes lutas contra os inimigos da Democracia.

metalúrgicos na primeira linha de luta contra o poder os monopolistas e pelas nacionalizações, condições ocesso com vista a colocar a economia ao serviço do Povo

lutas, ter-se-á de considerar altamente positivo para os comum, não teve força para nos derrotar.

trabalhadores — bancários, metalúrgicos ou outros — se

uma elemental lição.

o alcançaram-se com base na unidade dos trabalhadores.

defesa e consolidação exige o reforço dessa unidade.

Por estes factos, sentimos que os trabalhadores bancários não interpretarão erradamente esta nossa mensagem. A luta comum, desenvolvida, por bancários e metalúrgicos, é com certeza, razão suficiente para justificar o nosso acto.

É inegável a importância, hoje e sempre, da questão da unidade do Movimento Sindical.

É inegável a importância da realização do Congresso de Todos os Sindicatos que deverá funcionar como elemento dinâmico, passível, de desarmar as manobras divisionistas, formentadas pelos inimigos das classes trabalhadoras e, assim, contribuir para o reforço da unidade organizativa e de acção do Movimento Sindical.

Para atingir este objectivo, impõe-se uma larga e activa participação de todos os trabalhadores que, numa acção comum, como é da sua tradição, saberão encontrar as soluções mais ajustadas aos seus reais interesses.

E, portanto e antes de mais, uma mensagem de unidade e camaradagem, esta que vos enviamos. Estamos certos que assim a interpretarão.

Hoje como no passado. Hoje como sempre: Em unidade lutamos, em unidade avançamos, em unidade venceremos!

MENSAGEM DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS AOS TRABALHADORES BANCÁRIOS

UNIDADE LUTAMOS UNIDADE AVANÇAMOS

o pelo
Sindical
izador

ários,
cusam,
de. Os
para os

la onde
medo,

e duma
tituição

er essa
e a sua
amente
s para
m, sob
eressa

E os trabalhadores estão perfeitamente conscientes de que só numa democracia a caminho do Socialismo, estarão construindo para os seus filhos um futuro de homens livres, dignos, responsáveis e participantes. E estão, também, perfeitamente conscientes que quem quer destruir a unidade dos trabalhadores, são os que à custa da exploração desenfreada da sua força de trabalho fizeram as grandes fortunas que o fascismo defendeu durante 48 anos pelo terror da repressão, das prisões, das torturas, dos plêdes.

As forças antidemocráticas jogam no pluralismo sindical e apontam as suas baterias contra a Central Única dos Trabalhadores — a Intersindical Nacional — porque sabem que quando os trabalhadores estão unidos e organizados impõem nas relações de trabalho, e em todas as relações sociais, uma moral e uma ordem que é contrária à existência de parasitas, de corruptos e de traficantes do trabalho alheio.

Isto também os trabalhadores compreendem melhor do que ninguém. É por isso que no decorrer de centenas de plenários e assembleias — só nos distritos de Lisboa e Porto foram cerca de 630 em pouco mais de um mês — os trabalhadores avançam com a organização do Congresso de Todos os Sindicatos, na unidade, para a reestruturação da Intersindical Nacional, repudiando a estratégia divisionista do pluralismo sindical, e isolando o reduzido grupo que tendo, momentaneamente, aliado trabalhadores menos esclarecidos, hoje se debate na auto-destruição de querer conciliar as suas afirmações iniciais com a realidade que agora enfrenta.

Desses 630 plenários realizados nos distritos de Lisboa e Porto — proximamente falaremos dos outros distritos — centenas de moções foram aprovadas das quais destacamos as seguintes posições:

— Reforçar a unidade do Movimento Sindical, como indispensável para a conquista e cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, para o combate aos despedimentos e ao aumento do custo de vida, para derrotar a ofensiva do patronato contra as conquistas e direitos dos trabalhadores;

— Apoiar a realização do Congresso de Todos os Sindicatos para a reestruturação da Intersindical — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses — considerando-o de grande importância para o fortalecimento da unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical;

— Defender a Central Sindical Única dos Trabalhadores, rejeitando o pluralismo sindical e as manobras de todos quantos pretendem dividir os trabalhadores e o movimento sindical;

— Condenar a não comparência dos elementos da "Carta Aberta" em plenários onde se comprometeram a estar presentes, fugindo assim ao diálogo, e repúdio por atitudes incorrectas de elementos desse grupo que, por falta de argumentos, abandonaram algumas reuniões;

— Apelar a todos os sindicatos portugueses para que participem na realização do Congresso, para salvaguardar a unidade e garantir os direitos e interesses de todos os trabalhadores.

A participação activa e interessada dos trabalhadores nas muitas reuniões e assembleias já realizadas, constitui uma clara demonstração de que os trabalhadores superam as suas divergências no diálogo aberto e franco dentro do Movimento Sindical e nunca fora ou contra o Movimento Sindical, através de blocos artificiais e falsas polémicas com a imposição de condições prévias para a unidade.

UNIDADE VENCEREMOS!



BRASIL UM POVO EM LUTA PELA LIBERDADE

A visita do dr. Mário Soares ao Brasil é motivo de perplexidade, de iniquitação e de vergonha para todos os antifascistas portugueses que, dentro e fora de Portugal, durante a longa luta contra o terrorismo fascista que nos oprimiu, encontraram apoio generoso e solidariedade activa nos homens, nas mulheres e nas organizações progressistas de todo o mundo. O vasto movimento de solidariedade de que beneficiou, quando do seu exílio, o dr. Mário Soares, é disso prova.

O povo brasileiro, hoje esmagado por um governo de tortionários e corrompidos militares, terá o 25 de Abril O Brasil, hoje guarda avançada do imperialismo na América Latina, será então um grande país progressista de língua portuguesa. E é com esse futuro país, hoje representado por um povo que heróicamente enfrenta uma tirania sangüinária, que o Portugal de Abril terá de estabelecer as mais estreitas relações. Com esse, e não com o Brasil do pau-de-arara e do general Gelsel.

Corajosamente, o povo brasileiro endurece a sua luta contra a ditadura militar fascista. Apesar de dispor de um imenso e sofisticado aparelho repressivo, o governo ditatorial do general Gelsel não tem conseguido reprimir a onda de descontentamento que se estende a todo o povo.

Dia a dia surgem manifestações de protesto contra o aumento do custo de vida, o desemprego crônico, a repressão e os métodos brutais empregues pela polícia.

No passado dia 23 de Agosto, por ocasião das exéquias do antigo presidente Juscelino Kubitschek, mais de 100 mil pessoas saíram para a rua, em Brasília, unidas pelas palavras de ordem "Queremos a democracia", "Abaixo a ditadura" e "Amnistia". Paralelamente, a oposição parlamentar e o clero católico progressista, nomeadamente a Conferência Nacional dos Bispos, têm desempenhado um papel bastante activo na denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime fascista. No conjunto de todas estas movimentações, assumem especial relevo as lutas dos trabalhadores da cidade, dos campos e das massas populares em geral, contra o aumento do custo de vida e por melhores condições de trabalho.

O último aumento do salário mínimo, verificado em Maio de 1976, encontra-se já completamente absorvido pelo aumento verginhoso do custo de vida. Daí que as denúncias e exigências feitas pelos trabalhadores seletivos de Coimbra, rompendo, dessa forma, com o prazo de um ano estabelecido pelo governo para a revisão do salário mínimo.

O crescente descontentamento traduz-se ainda pelo elevado número de reclamações e processos que se acumulam no Ministério do Trabalho, contra a exploração patronal, sobretudo das grandes empresas.

Do mesmo tempo, a luta dos campos tem-se acentuado, através

da crescente resistência que os camponeses levam a cabo contra a desocupação incondicional das terras, que ocupam há longos anos, para dar lugar às grandes empresas agro-pecuárias de capitais nacionais e estrangeiros. Paralelamente, os trabalhadores rurais assalariados, através dos meios de que dispõem, lutam para assegurar o pagamento do salário mínimo, 13,3º mês e o direito de organização. Entretanto, a situação económica do país degrada-se dia após dia, não sendo o capitalismo, naturalmente, capaz de solucionar os problemas dos trabalhadores e do povo em geral.

A crise económica, que no Brasil foi criada pelo capitalismo interno e pelo imperialismo, caracteriza-se por uma queda vertical do índice de crescimento económico, desvalorização constante da moeda, aumento do montante da dívida externa, crescimento dos gastos na importação de combustíveis, adubos e matérias-primas, e maior domínio da economia nacional pelas empresas multinacionais.

Enquanto tudo isto se passa, o jornal conservador "O Estado de São Paulo" fez recentemente algumas referências sobre a corrupção desenfreada que corrói os organismos governamentais, ao mesmo tempo que se recomenda "austeridade", "poupança", etc.

A solidariedade das forças democráticas e progressistas de todo o mundo com a luta do povo e dos trabalhadores brasileiros deverá fortalecer-se cada vez mais, pelo restabelecimento das liberdades democráticas e sindicais, para que o Brasil não continue a ser uma das "portas-de-lança" do imperialismo norte-americano na América Latina, pela independência, pela paz e pelo progresso social.

EMIGRANTES SAÚDAM A INTERSINDICAL

Embora com algum atraso não queremos deixar de transmitir a todos os trabalhadores os parabéns que nos chegam dos nossos camaradas portugueses do Sindicato C.G.T. Renault, de França, deixando desde já expresso os nossos agradecimentos em nome de todos os camaradas da Intersindical: "A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional — comemora no dia 1 de Outubro, o seu 6.º Aniversário.

Fundada em pleno fascismo por um pequeno número de sindicatos importantes ela soube unir na luta contra a arbitrariedade fascista e a exploração desenfreada dos trabalhadores portugueses, um número sempre crescente de trabalhadores.

A revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 consagrou a sua existência e fez dela a sua Central Única dos Trabalhadores, que assim conseguiram impor a sua unidade

CARTA ABERTA... AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

Ao tomar conhecimento de algumas das afirmações proferidas pelo Secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, no decorrer de um debate na televisão portuguesa, a Associação dos Originários de Portugal (Secção de Bezons, França), decidiu escrever algumas questões que foram levantadas por aquele membro do Governo.

Para tanto, foi enviada ao dr. João Lima uma "Carta Aberta" em que se declara logo de início:

"Excelência:

"A revista "25 de Abril" (n.º 13 de Agosto/Setembro de 1976) reproduz algumas afirmações de V. Ex.ª, proferidas durante um debate na televisão portuguesa em meados de Agosto último.

"Como responsáveis de uma das mais representativas e importantes associações de portugueses emigrados em França (e porque lutamos por uma informação não manipulada dos emigrantes), não podemos deixar de fazer alguns reparos e comentários a tais propósitos, dando à presente toda a divulgação possível.

Disse o sr. dr. que "é necessário desenvolver as associações, torná-las representativas dos verdadeiros emigrantes, para que não volte a acontecer (sic) que sejam os intelectuais residentes em Paris" (re-sic) ou em qualquer outra capital a pretender falar em nome dos pedreiros ou dos portugueses que trabalham nos esgotos de cidades estrangeiras".

Em face de tais afirmações, a Associação dos Originários de Portugal concorda, de imediato, que o actual secretário de Estado da Emigração "jamais foi emigrante", pois que de outra forma saberia:

"1. Que a quase totalidade das Associações de portugueses no estrangeiro (pelo menos em França), são constituídas por pedreiros e outros trabalhadores; que, nunca estiveram à espera da solicitação governamental para se formarem e desenvolverem (pelo menos no que diz respeito às associações democráticas e verdadeiramente representativas dos imigrantes portugueses, como a A.O.P.)

aos que pretendiam dividi-los em várias centrais, para melhor imporem os seus planos de recuperação capitalista.

A unidade mantém-se e a intersindical procura remover democraticamente todos os obstáculos que as forças divisionistas tentam levantar. O Congresso dos Sindicatos tem de ser mais uma vitória das forças da unidade dos trabalhadores.

A Intersindical não se poupa a esforços nesse sentido. Por isso, no dia do seu 6.º Aniversário, em nome de todo o sindicato C.G.T. Renault e portanto em nome dos numerosos portugueses da fábrica que são aderentes do sindicato, Michel CERTANO enviou à Intersindical o seguinte telegrama:

"Por ocasião do 6.º Aniversário da Intersindical, o Sindicato C.G.T. Renault envia-vos votos vitória vossa luta pela unidade e de sucesso no congresso dos sindicatos".

Bem ao contrário! (Contudo, registamos a intenção de V. Ex.ª de ajudar as Associações e aproveitamos para reclamar o subsídio pedido pela A.O.P. em 1974 ao então ministro dos Negócios Estrangeiros e actual Primeiro-Ministro, já que nunca recebemos resposta alguma, nem positiva nem negativa.)

"2. A tomar as palavras do sr. dr. à letra, perguntármos: porque diabo, o secretário de Estado da Emigração é um dr. de Coimbra (não temos nada contra Coimbra), que não foi emigrante, que não conhece a Emigração (pelo menos de experiência) (e não ser pela elogiada biografia publicada no "25 de Abril")... e não deverá ser antes um pedreiro ou outro trabalhador; qualquer no seio, escolhido no voto da própria Emigração?"

"3. A concepção associativa do dr. João Lima é estranha (ou não será), para não dizermos corporativa. Com efeito, o sr. dr. preconiza a associação de imigrantes por profissão! E porque não por sexo? E porque não por região, vila, aldeia de origem?... Assim talvez conseguíssemos Associações ao gosto do secretário de Estado da Emigração, mas seguramente que não segundo as necessidades e interesses dos trabalhadores portugueses emigrados."

"INFORMAÇÃO NÃO MANIPULADA"

Respondendo às críticas feitas pelo dr. João Lima à política dos anteriores governos relativamente à difusão da cultura portuguesa no estrangeiro, a Associação dos Originários de Portugal lembra o seguinte:

"Na realidade, nunca tanto foi feita pela difusão da cultura portuguesa no estrangeiro, como durante os IV e V Governos Provisórios: foram criadas inúmeras escolas para as crianças emigradas; numerosos postos de professores foram criados; foram reconhecidas oficialmente e apoiadas materialmente a quase totalidade das escolas mantidas gratuitamente pelas Associações de emigrantes.

"E isto para focarmos unicamente os aspectos mais salientes da orientação então seguida.

"Mas o sr. dr. sabe isto muito bem (ou devia saber). E também sabe que com a entrada em funções do VI Governo Provisório (no qual o partido do sr. dr. era largamente maioritário), as verbas destinadas à criação de postos de professores na Emigração foram canceladas!

"Esperemos que o 1.º Governo Constitucional do PS faça a difusão da cultura portuguesa no estrangeiro pelo menos tanto quanto fizeram os IV e V Governos Provisórios. Por enquanto ainda não fez nada. Ou melhor: já começou a sanear técnicos provedos e comprovados que soberam conquistar a confiança e o apoio dos emigrantes, graças ao seu trabalho e dedicação. E referimo-nos aqui somente ao domínio do Ensino.

"O sr. dr. também afirmou que a informação não manipulada" dos emigrantes é outra preocupação do Governo.

"Registamos com agrado essas boas intenções... Mas o que a revista "25 de Abril" (órgão do departamento de V. Ex.ª)

não nos parece assim tão isenta de manipulação como isso... Folheamos a revista e não há praticamente uma página em que se não faça a propaganda do PS; em que não se cantem louros ao sr. dr. e ao dr. Mário Soares (e a lista dos doutores todos seria interminável); ao Mercado Comum, o tal que "oferece (sic) milhões a Portugal" de ajuda excepcional de urgência; ao que não se esclarece os emigrantes que tais milhões de ajuda excepcional de urgência são pagos com juros; que tais "ofertas" são garantidas pela hipoteca das reservas de ouro do Banco de Portugal; e não falamos já das cláusulas políticas, atentatórias da independência nacional, a que o nosso país se submeteu.

"Esta manipulação encontra-se até nas entrevistas de emigrantes, feitas em Agosto junto das fronteiras (cf. n.º 13 de 25 de Abril); perguntas feitas de forma a solicitar a resposta "conveniente"... E um emigrante bancário de uma agência da fronteira que declara que os emigrantes "agora estão confiantes no novo governo" (note-se que não são os emigrantes que o dizem); que durante os governos anteriores, eles estavam aporreados, não mandavam franco nenhum" (sic).

"Então, a "Carta do Mês" é um monumento de propaganda partidária!"

AINDA O ENCONTRO NACIONAL DA EMIGRAÇÃO

"Finalmente, o sr. dr. referiu-se ao Encontro Nacional da Emigração, realizado pela Intersindical em Coimbra a 14 de Agosto de 1976, a pedido de numerosas associações de portugueses espanhóis por todo o Mundo. Mas o sr. dr. manifestou "dúvidas quanto à representatividade daquele Encontro".

"No referido Encontro estavam representadas mais de 40 Associações, dentre as quais representativas. E, note bem, sr. dr.: entre os delegados, eram numerosos os pedreiros, que o sr. dr. parece afeiçoar tanto!"

"Quanto ao significado do dito Encontro, o sr. dr. afirma que o Governo apreciaria as suas conclusões à luz do significado que lhes atribuir".

"Quererá isto dizer que o sr. dr. e o 1.º Governo Constitucional do PS, só tomará em consideração a vontade de dezenas e dezenas de milhares de emigrantes, organizados nas Associações representativas em Coimbra, se tal vontade corroborar as vistas do V. Ex.ª e do governo do PS?"

"Mas então onde está a tal vontade de "fazer participar os emigrantes as suas Associações na definição da política de Emigração do Governo?"

"Naturalmente, a A.O.P. continuará a lutar pela satisfação das reivindicações dos emigrantes e a defesa dos seus direitos e interesses. Com ou sem o apoio do secretário de Estado da Emigração (no interesse dos trabalhadores portugueses emigrados, preferíamos contar com esse apoio).

"Noadequadamente, a nossa Associação exige ser associada às negociações do Acordo de Emigração com o governo francês. Com efeito, é inadmissível que os Acordos de Emigração continuem a ser negociados como nos tempos da "velha senhora", isto é: nas costas e frequentemente contra os interesses dos principais interessados.

"Como não bastam as boas palavras e enunciados de boas intenções para nos satisfizer, aguardamos iniciativas concretas da parte de V. Ex.ª. Credite, sr. secretário de Estado da Emigração, na nossa luta intransigente pela defesa dos direitos e interesses dos imigrantes portugueses.

O «MAGRE BRASILEIRO» E A REFORMA AGRÁRIA

Os assalariados agrícolas e os camponeses brasileiros lutam, de longa data, juntamente com as demais forças sociais progressistas do país, por uma mudança na velha estrutura agrária do Brasil, que destrua o monopólio da terra e democratize a sua posse, solução que deve ser acompanhada das medidas complementares indispensáveis para o sucesso das novas unidades de produção.

No momento em que essa luta adquiria elevado nível, com o agigantamento do movimento de massas, com o reconhecimento do direito de sindicalização e a conquista de legislação de trabalho para o campo, sobreviveu o regime militar fascista, hoje imperante no Brasil.

Mesmo apoiado pelos latifundiários, o primeiro governo desse regime acenou para os camponeses com a possibilidade dum Reformador Agrário, preconizada pelo Estatuto da Terra, lei de 30 de Novembro de 1964.

Sem nunca deixar de ventilar uma solução para o problema agrário brasileiro, os primeiros governos militares, através da criação de uma quantidade razoável de órgãos oficiais e da elaboração de instrumentos legais, vieram distorcendo as primeiras promessas, até chegarem a uma solução oposta aos interesses dos trabalhadores do campo e do desenvolvimento independente da economia nacional.

Assim, os camponeses não receberam as terras prometidas, e a colonização tentada pelo governo passou para as mãos dos especuladores de terras, que movem uma violenta perseguição aos camponeses dos baldios (os posseiros). Hoje, a "Reforma Agrária" está reduzida à formação de grandes empresas de capitais nacionais e estrangeiros e à modernização da técnica de produção nas grandes e antigas propriedades rurais.

O "modelo brasileiro" optou, pois, pela "estratégia de modernização conservadora", assim qualificada porque, diferentemente da Reforma Agrária democrática, o seu objectivo consiste no crescimento da produção agrícola, não na melhoria da vida do homem do campo e da nação.

O regime militar acabou por se decidir pela solução do problema da produção, deixando de lado o problema do homem do campo e da nação.

O "milagre" produzido por este modelo de desenvolvimento era muito mais estranho do que brasileiro. Se os latifundiários e os grandes agrários obtiveram, dele, grandes lucros, as grandes beneficiadas foram, logicamente, as multinacionais fornecedoras de máquinas e de fertilizantes (entre elas a Massey-Ferguson) e as que operam na área da transformação dos produtos agrícolas (como a Nestlé, Armour, Anderson Clayton, etc).

O que resulta desta política agrária levada a efeito pelo governo militar é o fortalecimento do sistema latifundiário, elevando substancialmente o grau de concentração da propriedade agrária: em 1950, 3,38% do total das propriedades consideradas latifúndios, por terem uma área superior a 500 hectares, detinham 62% da área total de todas as propriedades, ou seja, 114 milhões de hectares; em 1970, a área destes

prédios aumentou para 148 milhões de hectares, e a sua proporção, sobre o total, desceu para 1,73%.

Esta política, contra os interesses dos trabalhadores do campo, contribuiu, naturalmente, também, para o crescimento do número de minifúndios. São considerados minifúndios, todos os prédios com menos de 10 hectares, que passaram de 711 mil para 2,5 milhões, entre os anos de 1950



Um aspecto da realidade brasileira de hoje: a tortura do "peão-de-arrastar".

e 1970. De destacar o facto da área média dessas propriedades ter baixado, no período mencionado, de 4,3 para 3,6 hectares, o que, nas condições brasileiras, não basta sequer para a subsistência de uma pequena família.

Dos 6 milhões de assalariados existentes nos campos do Brasil, 5 milhões são temporários que, viajando nas camionetas dos intermediários, erram de fazenda em fazenda, em busca do pão de cada dia, sem direito ao trabalho, nem à assistência social.

DELEGAÇÃO DA INTER NA ITÁLIA

No período compreendido entre 14 e 16 de Outubro visitou a Itália, a convite da Federação CGIL/CISL/UIL, uma delegação oficial da Intersindical composta por Álvaro Riana, membro do Secretariado da Intersindical, Gregório Vicente, membro do Secretariado da Federação dos Ferroviários e José Manuel Carriñas, membro do Departamento Internacional da Intersindical.

Durante a sua estadia naquele país, a delegação da Intersindical reuniu com o Secretariado da Federação CGIL/CISL/UIL, estando igualmente na região de Terni onde visitou a siderurgia local e teve encontros com a Federação local.

Deste modo, e com a produção orientada para o mercado externo, a produção de alimentos tem vindo a sofrer importantes quebras, ao ponto da produção do feijão (um dos alimentos básicos do brasileiro) baixar de 2554.000 toneladas em 1967, para 1.907.000 em 1972. Segundo uma estimativa apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a safra de feijão de 1976 baixará para 979 mil toneladas...

Exprimindo claramente a sua política contrária aos interesses dos trabalhadores agrícolas, em particular, e de todo o Povo brasileiro, em geral, o ministro da Agricultura, sr. Alysso Paulinelli, declarava, em Julho deste ano, a directores do Libra Bank (entidade que congrega 10 organizações bancárias internacionais!), que o Brasil possui 72,5% do seu território cultivável, ainda sem exploração económica, área para a qual serão bem vindos os investimentos estrangeiros.

O problema agrário brasileiro requer uma urgente e profunda solução. Apesar das liberdades democráticas e sindicais terem sido ferozmente restringidas pelo regime militar fascista, os assalariados e os camponeses, embora sofrendo perseguições e torturas, têm feito tudo que está ao seu alcance para defender as suas justas reivindicações, bem como as terras que lhes pertencem. Muitos têm perdido a vida. Muitos mais a perderão na luta por condições de vida condigna, na luta pela democracia, pela sociedade fraterna e justa, pelo socialismo, contra a ingerência imperialista e contra os opressores fascistas.

RECUPERAR A ECONOMIA

Todos os trabalhadores portugueses sabem perfeitamente o que é modo as forças reaccionárias se têm empenhado na destruição de uma das principais conquistas do nosso processo revolucionário: a Reforma Agrária.

Os ataques desferidos por organizações como a CAP e/ou o GIP na própria Assembleia da República pelos partidos reaccionários, são sobejamente conhecidos e repudiados pelas forças de progresso.

Primeiro concedeu-se aos grandes agrários o "direito de reserva" a uma área de terra não inferior a 1 hectare, encravada nos terrenos de UCP e Cooperativas.

Agora, e com o beneplácito do Governo, preparando o terreno para a concessão de indemnizações, os latifundiários expropriados ou cujas propriedades foram nacionalizadas, vão ter o supremo gozo de, sem nada terem que fazer de produtivo, poderem usufruir de "ordenados" mensais, cuja média chega aos \$50000...

Não há que duvidar, camaradas. O Governo, por intermédio da portaria n.º 592-A/74, de 15 de Setembro passado, do Ministério das Finanças, assim o decidiu. Os exploradores do povo vão ainda receber mais estes "rendimentos", com efeitos retroactivos, a partir do mês de Agosto. É o que está escrito na portaria.

Será deste modo que o Governo pretende cumprir a Constituição, no que respeita à defesa e promoção das UCP e Cooperativas?

Recuperar-se-á, deste modo, a nossa economia?

EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

EXPROPRIAÇÕES ANTES DAS SEMEANTEIRAS

Cerca de 3 mil pessoas, entre operários agrícolas, pequenos e médios agricultores, reendeiros e seareiros, reuniram-se em plenário, em Alcácer do Sal. Em documento ali aprovado e enviado aos principais órgãos do Poder, reclamam a expropriação das terras cuja pontuação está abrangida pela Lei de Reforma Agrária e a sua entrega aos trabalhadores agrícolas, pequenos agricultores, reendeiros e seareiros, antes do começo das próximas sementeiras.

Relembrando que as terras na posse indevida dos agrários se encontram total ou parcialmente abandonadas, acrescentaram: "Temos no Distrito de Setúbal somente uma área ocupada de 90 mil hectares, para uma área expropriável de 120 mil hectares. Dos 90 mil hectares de terra já ocupada e reconhecida pelo CRRR, apenas 51 mil estão expropriados de facto, isto é, apenas pouco mais de metade da área ocupada, está reconhecida legalmente".

EM ORGANIZAÇÃO O SINDICATO AGRÍCOLA DE CASTELO BRANCO

Na reunião efectuada na Assembleia de Castelo Branco, em que participaram delegados sindicais eleitos no Distrito e nas herdades colectivas, bem como dirigentes do Sindicato Agrícola de Portalegre, ficou decidido que, para defesa das conquistas já alcançadas, se impunha a criação de um sindicato. Na sequência disso, os trabalhadores presentes procederam à eleição de uma Comissão Dinamizadora, tendo ainda ficado assente que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre irá colaborar na fase de arranque do Sindicato de Castelo Branco, prestando apoio técnico e material.

Saudamos fraternalmente os trabalhadores agrícolas de Castelo Branco, formulando votos para que esta nova iniciativa venha a ser coroada de sucessos para a classe.

DENUNCIANDO AS MANOBRAS DE AGRÁRIOS E AVENTUREIROS

"A Reforma Agrária é como se tivéssemos uma vaca. Os que fazem o jogo dos grandes agrários e estão interessados no regresso do fascismo tentam levar-nos a comê-la já, de qualquer maneira, dizendo que se não o fizermos agora, nunca o faremos. Aqueles que querem construir uma sociedade socialista para todos e onde não haja exploração do homem pelo homem, como nós, dizem que não a devemos comer, mas sim tratá-la bem, para ela ter muitas crias e termos amanhã uma manada de vacas. Se a comermos já, acabamos com ela e, amanhã, não é e os nossos filhos, seremos ainda mais pobres do que hoje. Se a tratarmos bem, teremos amanhã uma manada e, então, comeremos aquelas que quisermos e os nossos filhos terão uma vida melhor do que aquela que nós tivemos".

Palavras insínticas num comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja que, pela sua clareza, bem dispensam comentários.

SOCIALISTAS CONTRA O "PLURALISMO" NA RTP

Denunciando a penetração da reacção na RTP, camaradas da secção de S. Mamede de Infesta do Partido Socialista, concluem um comunicado por eles emitido, do seguinte modo:

"Pluralismo não poderá ser fazer dos ecrãs da TV, palcos onde se agitam Mussolinis do nosso tempo. Liberdade não poderá ser fazer de Rio Mar o campo de batalha da sua exibição. Que não se permitam dominantes, as ideias daqueles que o querem ser. A exploração fundiária pertencente ao passado, a Reforma Agrária é o presente e o futuro de uma sociedade socialista".

Como vós, camaradas, também pensamos que os trabalhadores devem exigir um Governo repressivamente violento para com todos aqueles que conspiram contra a democracia e o socialismo.

A CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA É DE IMPORTÂNCIA NACIONAL

A Conferência da Reforma Agrária, a realizar, como temos amplamente noticiado, nos próximos dias 30 e 31 de Outubro, na cidade de Évora, foi objecto de amplo debate nos últimos dias. Foram plenários e amplas reuniões de trabalhadores e de cooperativas, onde se analisaram e discutiram, colectivamente, os resumos das teses já apresentadas. De igual modo, isto é, com a maior democraticidade, os trabalhadores elegeram os seus delegados à Conferência.

Na Conferência da Reforma Agrária, o proletariado do sul do País, que tem levado e cabo com firmeza e confiança uma das maiores conquistas do Povo português, vai ter agora oportunidade de, em conjunto e pela primeira vez, depois do início de Reforma Agrária, analisar o que foi, o que é e o que será esta sua gloriosa conquista.

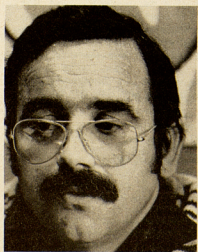
UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA NA SOREFAME

O Controlo Operário é uma das mais importantes conquistas da classe operária, em Portugal. Saber correctamente como marchar nas diversas actividades que se prendem ao desenvolvimento de uma empresa é, não só, um direito alcançados pelos trabalhadores após o florido e esperançoso 25 de abril de 1974 mas também, um dever de quem trabalha numa sociedade democrática. É um direito, reconhecido na Lei fundamental do País, e um dever que as massas trabalhadoras devem impor-se a si próprias e exigir as condições para que possa ser cumprido. Não apenas nas grandes empresas do País, onde já hoje é uma realidade. Mas, e especialmente, em todas as outras, médias e pequenas empresas, industriais, comerciais ou marítimas. Porque só assim, com um controlo directo e eficiente da marcha das empresas, os trabalhadores poderão estar a par das necessidades e das vantagens que estrangulam ou enriquecem os organismos fabris ou comerciais, onde desenvolvem os seus persistentes esforços. E, desta forma procurando sempre que os seus êxitos ou reveses possam estar conformes com as suas reivindicações salariais e outras, de maneira a poderem tomar decisões que façam florescer a empresa onde estão integrados e não haja ocasião para reivindicações irrealistas.

Com um Controlo Operário sério e eficiente, no que se refere à gestão, em geral, das empresas, forçosamente que não poderá haver "negócios escuros" nas mesmas. E a produção far-se-á sempre de harmonia com o interesse geral, não só das empresas como dos próprios trabalhadores.

Para dar a conhecer aos seus leitores e amigos, aos trabalhadores do nosso País, como se está desenvolvendo nas empresas o "Controlo Operário", ALAVANCA inicia hoje uma série de entrevistas com responsáveis desta nova forma de orientação democrática, inscrita na Constituição, experiência salutar para a nossa economia, para o desenvolvimento futuro da prosperidade económica de Portugal, num contexto de porta aberta rumo ao socialismo.

Para dar início a esta série de entrevistas, ALAVANCA esteve com as camaradas responsáveis da Comissão do Controlo Operário da "Sorefame". Foram eles: Edmundo Libânio da Silva, da secção de caldearias; Francisco Colaço, da secção de orçamentos; e António de Brito, da secção de electricistas. Também estiveram presentes os camaradas Florival Lança, do Sindicato dos Metalúrgicos e Adérito Catalão, do Secretariado da Intersindical Nacional, que explanou algumas ideias de como se devia orientar esta "mesa redonda" sobre o Controlo Operário. Entre outras considerações, Catalão afirmou que:



Francisco Colaço

"Depois do 25 de Abril, fundamentaram-se as necessidades de descentralização dos latifúndios, o que em parte se conseguiu graças a uma posição firme, consciente e da unidade dos trabalhadores. Mas em seguida veio outra luta, bastante importante para o benefício da economia nacional e dos trabalhadores e para o avanço da meta que nos propusemos e nos propomos alcançar, que é o socialismo. Essa luta foi travada para a conquista dos meios de produção. Isso foi conseguido, em certa medida. No entanto, as forças capitalistas não desarmaram e tentam a sua recuperação. Em face desse perigo, os trabalhadores viram a necessidade de encontrar uma nova e aguerida luta pela aplicação do Controlo Operário, reconhecendo nela uma arma mais eficaz para travar o avanço dessa recuperação capitalista, que ainda continua a fazer-se sentir em grande escala.

Dessas lutas, muitas há que se evidenciam. Para nós, damos conhecimento dessas mesmas lutas, dos objectivos alcançados e da forma como os conseguimos, antes e depois do domínio dos trabalhadores, estão aqui os camaradas da "Sorefame" para nos dizerem da forma como o fizeram, dado que essa firma exerce uma grande influência na economia nacional".

"ALAVANCA": - Como se processou o início da vossa luta? Que razões vos levaram a lançarem-se nela?

F. COLAÇO - A "Sorefame" é uma empresa que já tem algumas tradições de luta. Já no tempo do fascismo, os camaradas trabalhadoras da "Sorefame" sofreram torturas e prisões. Pouco antes do 25 de Abril, como todos sabem, foi feita uma greve, que durou três dias. Essa greve, em Janeiro de 1974, tinha como principal objectivo a unidade dos trabalhadores por uma reivindicação salarial. Porque a Administração e a Direcção da empresa queriam fazer um aumento salarial, distribuindo o dinheiro não equitativamente mas, ao contrário, dando mais àqueles que já mais ganhavam. Ai, os trabalhadores acharam que não era justo. E encetaram um processo de luta que culminou com a greve. Os trabalhadores entendiam que o aumento deveria ser dado nas proporções de mais dinheiro àqueles que ganhavam menos. Uns, os trabalhadores conseguiram não a totalidade das suas reivindicações mas que fosse minimizada a diferença entre o aumento dado aos que menos recebiam e aos que mais ganhavam.

Essa luta foi uma bela lição no aspecto político, devido à unidade dos trabalhadores, conseguindo-se a mobilização de todos os trabalhadores para uma luta comum. Logo após o 25 de Abril, como era lógico, foram eleitas, na "Sorefame", Comissões que em princípio, na maioria das empresas, se dedicaram mais ao aspecto reivindicativo. Foi só depois do 11 de Março que se sentiu mais a necessidade de se criarem Comissões para o Controlo Operário. Isto, porque estava a verificar-se uma tentativa do capitalismo para retornar as suas antigas posições. Os trabalhadores, para evitarem

sabotagens, para evitarem quebras na produção e para evitarem outros fenómenos que fizessem com que a sua luta não fosse levada a cabo, mobilizaram-se. Foram criadas, portanto, essas Comissões de Controlo, que começaram, efectivamente a controlar toda a empresa. Na "Sorefame", empresa que já antes do 25 de Abril uma grande parte do seu capital era do Banco do Fomento, das Caixas de Previdência e da Caixa Geral de Depósitos, com a nacionalização da Banca, depois do 11 de Março, passou a ter o Estado como o seu grande, e seu principal, accionista.

Foi assim que, após a criação das Comissões de Controlo Operário, os trabalhadores começaram a ir ao Ministério da Indústria apresentar os seus objectivos de Controlo pelo que iriam reger a empresa, visto a Administração da mesma não poder tomar sobre si a responsabilidade de aceitar, ou não, a instalação do Controlo Operário na "Sorefame", sem que fosse consultado o seu maior accionista, neste caso, o Estado.

O Ministério da Indústria enviou ao Conselho da Revolução os nossos princípios de Controlo Operário, que foram aprovados, assim como pelo Governo de então. A partir daí, a Comissão de Controlo Operário começou a ter acesso a toda a documentação da empresa, a participar em todas as reuniões, quer com a Administração, quer com a chefia da empresa, para completar reuniões com a Direcção e com a Administração da empresa, fazer plênários de trabalhadores, fazer reuniões sectoriais, enfim, todas as reuniões que entender necessárias fazer para o bom desempenho da nossa missão de Controlo. Não temos tudo, na "Sorefame", grandes dificuldades de levar a cabo o Controlo Operário, porque muitos dos trabalhadores da empresa já estavam conscientes da sua posição de classe e das necessidades de luta. Tanto a Comissão de Controlo Operário como a Comissão Sindical promoveu grandes assembleias de trabalhadores para regularmente os por ao corrente do funcionamento da empresa.

EDMUNDO SILVA: - Pelo que foi dito pelo camarada Colaço, pode ficar-se com a ideia que não temos tudo grandes dificuldades com



António de Brito

a Direcção nem com a Administração. À primeira vista, pode induzir no erro de que estamos a modos de querer entrar a fazer co-gestão. Mas não é nada disso. Nós estamos a fazer pura e simplesmente o Controlo Operário.

A. CATALÃO - Ressalta do que acabaram de dizer que a relativa facilidade que encontraram para exercer o Controlo Operário é uma consequência das grandes lutas anteriormente travadas pelos trabalhadores e do seu elevado grau de consciencialização e desse reconhecimento pela Administração da empresa? E que o Controlo Operário foi instalado pela força e unidade dos trabalhadores?

CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA

A. BRITO - Exactamente. Mas gostaria de acrescentar que, se o Controlo Operário se verificou desde o princípio, é porque já antes do 25 de Abril existia uma tónica política que unia os trabalhadores da empresa. Ora, é exactamente pela consciência disso, pela parte da Administração, que ela facilitou aos trabalhadores da Comissão do Controlo Operário o acesso aos ficheiros e, consequentemente, também, pela grande gama de especialidades existentes numa grande empresa deste género. Basta dizer que nós temos 47% de empregados indirectos e 53% de empregados directos, isto é, classe operária, etc. Portanto, quando uma Comissão de Trabalhadores é formada, é evidente que nela participam empregados e operários, que têm uma hegemonia que lhes permite uma formação correcta e uma capacidade real de controlo de uma empresa como a "Sorefame". Nem todas as empresas têm este privilégio. Basta dizer que na Comissão temos desde engenheiros a operários, assim como contabilistas, o que faz com que a Administração seja obrigada a reconhecer um valor concreto sobre os nossos pareceres. É de aqui que nós vemos, pela consciência política desses pareceres, a força e o valor da nossa Comissão de Controlo Operário.

A. CATALÃO - O camarada Brito ficou que, graças ao sentido político dos trabalhadores, foi facilitada a conquista dos objectivos do Controlo Operário. Parece-me que isso contraria, na aparência, muito

boa gente que diz que para se trabalhar é conseguir os seus objectivos, os trabalhadores não devem meter-se em política. O que diz revela precisamente o contrário. Parece-me que é necessário distinguir a política operária da política partidária. É isso?

EDMUNDO SILVA - De facto, é assim. Na "Sorefame" houve uma luta unitária importante antes do 25 de Abril, que deu aos trabalhadores uma consciência política importante. Portanto, pessoas que queriam puxar a si partidariamente os trabalhadores, nesses sectores, tiveram dificuldades, porque essa consciência de classe já vinha detrás. E é esse espírito de unidade que ainda hoje vigora, independentemente, contra aqueles que estão interessados em levarem para dentro desta empresa as suas opções partidárias.

F. LANÇA - Para reforçar o problema em discussão, é preciso dizer que, na maior parte das empresas, o Controlo Operário aparece como consequência de contrariar o boicote, a vigiar, exercido pelo patronato, assim como a necessidade de manter, se possível, aumentar - e isso aconteceu em muitos casos - os postos de trabalho. A elevada consciência política dos trabalhadores da "Sorefame" teve a sua expressão máxima quando os trabalhadores foram os primeiros a compreender que o Controlo Operário não podia limitar-se apenas adentro dos muros da sua empresa e teria de ser transportado para outras unidades do sector. Foram os primeiros a propor a criação da Comissão Coordenadora da Metalomecânica Pesada.

"ALAVANCA": - Que resultados conseguiram com a vossa intervenção?

F. COLAÇO - Penso que os trabalhadores da "Sorefame", através do Controlo Operário, conseguiram passar a viver todos os problemas da empresa. Quer os problemas técnicos, quer os problemas económicos e financeiros, quer, até mesmo, os problemas a nível político. Todos os problemas estão ao fim e ao cabo, ligados entre si. Pelo acesso da Comissão do Controlo Operário a todos os documentos da empresa, os trabalhadores têm a facilidade de serem informados sobre todos os



Florival Lança

problemas
mesma, com
laborais
controlo
quadros
muito pro
já suced
elemento
experiên
tenham
também,
empres
tinham
falência.
sido uma
na do Co
Sindicato
que haj
camara
constitue
que tod
consciê
atingem
energada
"Sorefam
F. LAN
muito im
trabalhad
a v a c
influên
políticas
lado, a
influên
empres
Controlo
toda uma
só a zo
sectores
apenas a

A. BRITO - O factor movimento trabalhador, em termos de trabalho, é muito favorável. Penso que a unidade do Controlo Operário, através do Controlo Operário, conseguiu passar a viver todos os problemas da empresa. Quer os problemas técnicos, quer os problemas económicos e financeiros, quer, até mesmo, os problemas a nível político. Todos os problemas estão ao fim e ao cabo, ligados entre si. Pelo acesso da Comissão do Controlo Operário a todos os documentos da empresa, os trabalhadores têm a facilidade de serem informados sobre todos os

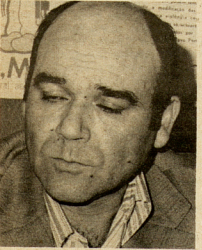
A. BRITO - O factor movimento trabalhador, em termos de trabalho, é muito favorável. Penso que a unidade do Controlo Operário, através do Controlo Operário, conseguiu passar a viver todos os problemas da empresa. Quer os problemas técnicos, quer os problemas económicos e financeiros, quer, até mesmo, os problemas a nível político. Todos os problemas estão ao fim e ao cabo, ligados entre si. Pelo acesso da Comissão do Controlo Operário a todos os documentos da empresa, os trabalhadores têm a facilidade de serem informados sobre todos os

Tinha dificuldades e algumas delas não são resolvidas. É neste sentido que o Controlo Operário, exterior, a uma amplitude de trabalho, de travar, o trabalho

"ALAVANCA": - O camarada Brito ficou que, graças ao sentido político dos trabalhadores, foi facilitada a conquista dos objectivos do Controlo Operário. Parece-me que isso contraria, na aparência, muito

problemas relacionados com a mesma, dando-lhes uma melhor compreensão dos problemas laborais a nível do Sindicato, criando, com toda esta consciencialização, quadros laborais que poderão ser muito preciosos noutras empresas. Já sucedeu, e que certos destes elementos têm evitado, com a sua experiência, que algumas empresas tenham ido para a falência. Evitaram, também, a recuperação de certas empresas pelos capitalistas que as tinham abandonado à baíra da falência. A criação de quadros tendo uma tónica nas Comissões, quer na do Controlo Operário, quer na do Sindicato. Faz-se, até, a esse nível, que haja uma certa rotação de camaradas nos trabalhos que constituem essas Comissões, para que todos venham a tomar consciência dos problemas que atingem uma empresa de grande envergadura, como é o caso da "Sorefame".

F. LANÇA - Existe um outro caso muito importante, nisto. É o facto dos trabalhadores da "Sorefame" terem a vantagem de não serem influenciados pelas condições políticas que se vivem; e, por outro lado, a situação na "Sorefame" influencia directamente outras empresas, para que avancem no Controlo Operário, desencadeando toda uma acção que se estendeu não só à zona, como, até, noutras sectores de actividade, que não apenas a metalurgia.



Edmundo da Silva

A. BRITO - Creio que não foi o factor económico que fez movimentar mais a acção dos trabalhadores, porque, neste aspecto, os trabalhadores da "Sorefame" tinham condições mais favoráveis que noutras empresas. Penso que foi o factor político a luta unitária dos trabalhadores que fez avançar mais rapidamente todos os problemas. Nós devemos dizer que só agora, e porque cremos ter uns 70% dos trabalhadores da "Sorefame" solidários com os outros trabalhadores exteriores, é que nós estamos a avançar no sentido de pôr os trabalhadores da "Sorefame" inteiramente ao lado de todos os outros exteriores. Cremos que é isto que esta Comissão, que está ao serviço há dois meses, está conseguindo, o que será uma grande vitória nossa, isto é, de todos os trabalhadores.

Tinha havido uma grande dificuldade entre alguns amigos, e algumas incompreensões, porque nós não saímos fora dos muros. É neste sentido que a Comissão do Controlo Operário está a incentivar toda a perspectiva de ajuda para o exterior, na esperança que haja uma ampla intervenção de todos os trabalhadores nas lutas que tenham de travar, com uma ajuda directa dos trabalhadores da "Sorefame".

AMBIENTE NA EMPRESA

"ALAVANCA" - Qual o ambiente de trabalho antes e depois do Controlo Operário exercido pelos trabalhadores, na "Sorefame"?

F. COLAÇO - Havia, antes do 25

de Abril, na empresa, um bom ambiente de camaradagem e uma grande consciência política. Mas, como em todas as grandes empresas, havia burocratas, trabalhadores que se deixavam manipular pela reacção. Nessa altura, havia certa dificuldade em falar entre nós, por desconfianças desses que poderiam estar ligados à política pública. Hoje, isso não acontece, visto os trabalhadores serem livres, confiarem nos seus camaradas de trabalho, resolverem os seus problemas em comum, sem que haja medos de qualquer espécie.

A. CATALÃO - A liberdade reconquistada depois do 25 de Abril, com o desaparecimento da desconfiança e do medo, reflecte-se necessariamente na produção, no ambiente de trabalho, não é assim?

F. COLAÇO - Exactamente. Hoje, qualquer trabalhador fala para outro sem nem um recelo. Nas Assembleias Gerais participam francamente, sem complexos, embora uns possam falar menos bem que outros. Na generalidade, hoje os trabalhadores estão unidos, não obstante cada um ter a liberdade de pensar e de agir politicamente como muito bem entendam. No entanto, sabemos que todos estão com a defesa das conquistas alcançadas depois do 25 de Abril.

A. CATALÃO - Embora haja entre todos ideologias várias, não é assim?

F. COLAÇO - É, pois. Mas, como disse, no que respeita aos interesses dos trabalhadores, eles apoiam, ideologicamente as conquistas alcançadas depois do "Movimento dos Capitais" e estão dispostos a defendê-las.

A. BRITO - Em termos de comparação do agora e do antes do 25 de Abril, o que facilitou rapidamente os problemas dos trabalhadores da "Sorefame" foi a existência do seu grande espírito de compreensão e de solidariedade que havia entre todos nós. As lutas na nossa empresa foram, quase sempre, mais de carácter político que económico. Neste momento, discute-se vigorosamente na "Sorefame" no sentido de cada vez mais os trabalhadores se esclarecerem politicamente. É a luta política é muito mais renhida e apaixonante do que quando está em causa um problema de carácter económico. É uma luta diária, muito consequente, que faz com que se chegue a posições correctas e destinadas a uma luta unida e coerente.

"ALAVANCA" - Qual foi a contribuição dos trabalhadores da "Sorefame" para a oficialização do "Controlo Operário"?

F. COLAÇO - A "Sorefame" foi uma das primeiras empresas onde foi instituído o "Controlo Operário". Os trabalhadores logo se integraram nas primeiras Comissões de Trabalhadores, de Controlo Operário, criando-se Grupos de Trabalho para se fazerem ligações com outras empresas de metalurgia, e não só, a fim de tornarem mais extensivo o Controlo Operário. Um grupo de trabalho tinha por missão específica receber e informar todos os trabalhadores que nas suas empresas sentissem necessidade de criarem Comissões de Controlo, podendo-se à sua disposição todos os documentos de que nos servíamos para aplicação do Controlo Operário. Houve assim, um intercâmbio importante de conhecimentos entre a nossa e as outras empresas, enriquecendo-se portanto o problema do Controlo Operário, a nível da indústria, principalmente. Pensamos que todo este intercâmbio entre os trabalhadores e seus órgãos representativos criaram as condições a nível nacional para que ficasse instituído na Lei, na Constituição, o Controlo Operário para todos os trabalhadores.

OFICIALIZAÇÃO DO CONTROLO OPERÁRIO

A. CATALÃO - Essa exigência foi de todos os trabalhadores e a todos os níveis, aos quais os trabalhadores da "Sorefame" deram um grande contributo, com os seus conhecimentos, a sua prática de Controlo Operário e com a sua solidária exigência ao Governo para a institucionalização desse Controlo, não é assim?

F. COLAÇO - De facto, é assim. Se o Controlo Operário tivesse aparecido numa só empresa, sem que os trabalhadores das outras empresas tivessem feito o necessário intercâmbio, certamente não nos desparteria a nível nacional a possibilidade de ser consagrado na lei. Mas como isso é uma exigência, ao fim e ao cabo, de todos os trabalhadores, em Democracia, o que os trabalhadores, que são a maioria da força viva da Nação, exigem, é que deve ser considerado como Lei.

"ALAVANCA" - Acham que podem ajudar, com os vossos conhecimentos, os trabalhadores das outras empresas a vencerem as suas dificuldades?

EDMUNDO SILVA - Sim. Eu entendo que devemos continuar a ajudar, como até aqui, os nossos camaradas das outras empresas, facilitando-lhes a nossa documentação e transmitindo-lhes a nossa experiência, que já é bastante grande. Continuaremos a fazê-lo sempre que for preciso.

A. CATALÃO - Isto quer dizer que as camaradas estão à disposição de todas as Comissões de Trabalhadores que queiram entrar em contacto conosco para o intercâmbio desses mesmos conhecimentos?

EDMUNDO SILVA - Com certeza. Isso tem sido feito e continuaremos a estar sempre abertos para ajudar as camaradas de todas as empresas, além do mais, explicando como estamos a fazer o Controlo Operário, que poderá não ser o melhor mas que, até agora, tem sido mais ou menos eficiente.

"ALAVANCA" - Quais as vantagens que os trabalhadores vêem na execução do Controlo Operário numa empresa importante como a "Sorefame"? E noutras empresas menos importantes?



Adérito Catalão

A. BRITO - O grande valor do Controlo Operário está na sua organização. Sem essa organização por parte dos trabalhadores, não é possível fazer-se o Controlo Operário. É a partir da participação dessa actividade que os trabalhadores poderão estar mais aptos para compreenderem melhor quanto se passa na empresa onde têm a sua actividade criadora. Se não existir uma séria organização dos trabalhadores numa empresa, é evidente que as forças que estão contra o Controlo Operário terão êxito fácil para boicotar tudo quanto se queira fazer de



progressivo. A consciencialização dos trabalhadores, a sua organização, é que podem dar-lhe possibilidades de avanço no Controlo Operário. Naturalmente que numa grande empresa onde existe uma enorme gama de operários e de empregados, como é o caso da "Sorefame", é mais ou menos fácil trazer os trabalhadores para as suas organizações de classe, incluindo os quadros, o que permite, portanto, aos operários facilitarem os elementos dos conhecimentos das estruturas, proporcionando-lhe um caminho mais aberto. Está, é, a meu ver, uma das vantagens que têm as grandes empresas em relação às pequenas.

A. CATALÃO - Falou-se em trabalhadores de serviços e operários. Cremos que é necessário que os trabalhadores dos serviços estejam totalmente solidários com os operários, dentro de um mesmo objectivo e com a mesma consciência política. Foi o que aconteceu na "Sorefame"?

A. BRITO - Assim sucedeu, de facto. Temos e temos, por isso, um caminho mais aberto e muito facilitado, para impormos as nossas razões. A grande parte dos nossos camaradas estão totalmente oprimidos. E por termos uma grande empresa temos grandes chances para favorecer a libertação da classe operária e juntamente com ela seguirmos sempre num caminho certo.

NECESSIDADE DE GENERALIZAR O C.O.

F. COLAÇO - Penso que o Controlo Operário é necessário, tanto nas empresas grandes, como nas pequenas, quer nas nacionalizadas ou com a participação do Estado, quer nas empresas do sector privado. Em todas elas é necessário o Controlo Operário visto que os problemas dos trabalhadores são iguais, quer numas, quer noutras. Se os trabalhadores não viverem a realidade da sua empresa, não poderão saber quando podem reivindicar uma melhoria salarial com consciência. Não poderão saber quando podem reivindicar regalias sociais sem que isso faça com que a empresa possa ir para a falência. Um dos objectivos do Controlo Operário nas empresas, além de evitar as sabotagens económicas, evitar os desvios ilegais de fundos sobre facturações, etc. é, também, o de assegurar postos de trabalho. Por outro lado, o Controlo Operário, para ser exercido a um nível mais amplo, deve ser alargado aos sectores, passando a fazer-se o Controlo Inter-Empresas. Isto está a acontecer já com a Metalomecânica Pesada e na Indústria Naval, em que através das travadas pelos trabalhadores das várias empresas destes sectores, em várias reuniões feitas a nível nacional, se conseguiu, ao longo destes dois anos, que fosse aprovado pelo Governo um decreto que cria Órgãos governamentais onde se prevêm já Comissões do Controlo Operário. É o caso dos Centros de Coordenação da Metalomecânica Pesada e do Centro de Coordenação da Indústria Naval.

Nesses Centros de Coordenação estão previstos, além do Conselho Geral e da Direcção, uma Comissão do Controlo Operário. Assim, os trabalhadores passam a controlar a distribuição de trabalho a nível da empresa nestes sectores e poderemos dizer algo sobre os empreendimentos a nível nacional e a sua distribuição a nível de capacidades e humanas e tecnológicas de várias empresas.

Estes centros são hoje possíveis e poderemos dizer algo sobre os empreendimentos a nível nacional e a sua distribuição a nível de capacidades e humanas e tecnológicas de várias empresas. Estes centros são hoje possíveis e poderemos dizer algo sobre os empreendimentos a nível nacional e a sua distribuição a nível de capacidades e humanas e tecnológicas de várias empresas.

"ALAVANCA" - Qual a acção do Movimento Sindical na ajuda à vossa luta?

A. BRITO - O Movimento Sindical, na "Sorefame" devido à consciência política a que nos referimos, de há muito existentes nos trabalhadores, não é, nunca foi, descuidado. A importância que temido, no jogo paralelo ao Controlo Operário, é evidente. O Movimento Sindical tem tido um papel preponderante. Podemos frisar, principalmente, como organizador dos grandes plênários de trabalhadores, nos quais a discussão dos pontos sindicais contribui para a mobilização dos trabalhadores, para uma sua maior consciencialização de classe. Por outro lado, e paralelamente às lutas de Controlo Operário, também contribui para o despertar das lutas dos trabalhadores pela defesa das suas reivindicações. Cremos, por isso, que tanto do lado do Controlo Operário, como do Movimento Sindical, há posições que devem ser assumidas unitariamente, de forma a que contribuam ambas para a razão dos trabalhadores e para o reforço das suas futuras lutas.

NOTA FINAL

EDMUNDO SILVA - Penso que deve ser feita uma chamada a todos os trabalhadores dos vários ramos de actividade do nosso País para o facto de que o Controlo Operário não pode ser encarado como devendo ser exercido apenas pela Comissão nomeada para esse efeito. O Controlo Operário deve ser efectivo, deve ser efectuado por todos os trabalhadores, em todos os locais de trabalho das empresas em que exercem a sua actividade.

A. CATALÃO - Quer dizer que para isso tem de haver organização, distribuição de tarefas para as funções que cada um tem a desempenhar. Só com o apoio dos trabalhadores das várias empresas, das Comissões poderão ser bem sucedidas.

EDMUNDO SILVA - Lança-se aqui um apelo a todos os trabalhadores para que se empenhem a fundo para a conquista do Controlo Operário e sua defesa, e na ajuda às Comissões que para esse efeito forem eleitas democraticamente pelos trabalhadores.

4 NOTAS NA SEMANA

AS DIFERENÇAS QUE A DIREITA NÃO VÊ

Uma reunião de oficiais, nos arredores de Lisboa, provavelmente apenas para entre si discutirem questões de carácter profissional, levou a grandes especulações da imprensa da direita e, por detrás dela, a manobras dos círculos que a controlam. Diante do acontecido, todos os reacçãoários deste País exultaram, pensando que, agora sim, é que já estava em curso um "movimento de capitães" ao contrário, que iria finalmente repor as coisas onde tal gente as deseja: no 24 de Abril.

Tomando os seus desejos por realidades, os reacçãoários enganam-se. E bem saudável lhes seria fazer uma análise minuciosamente objectiva aos factos. É certo que também o "Movimento dos Capitães" arrancou, inicialmente, a partir de questões de carreira militar. Mas havia, então, uma interminável guerra colonial. Estavam suprimidas em Portugal, desde há décadas, as mais elementares liberdades civis. O nosso País era olhado pelo Mundo como uma coisa inacreditavelmente anacrónica, obsoleta, e isso magoava os portugueses conscientes.

Agora, tudo isso acabou. E o povo, longamente amarrado e, em parte, adormecido, está agora acordado, organizado e vigilante.

HOLDEN E A "NOVA" CHINA

Saído de um aparente esquecimento, Holden Roberto, o da FNLA, voltou a contactar a Imprensa que lhe dá ouvidos, algures na Europa, e propôs-se reiniciar contra a República Popular de Angola uma campanha de guerrilhas. Pelos vistos, o agente da CIA vai ser relacionado no xadrez africano. A menos que se trate da iniciativa pessoal de um traídor disponível que vem pedir emprego.

Entretanto, anuncia-se a sua intenção de ir à China para negociar as diferentes formas de ajuda que ali espera conseguir, no seguimento aliás de velhos apoios. Assim se confirma, uma vez mais, a política de traição ao internacionalismo proletário que a China tem praticado nos últimos anos. Mas, por outro lado, a iniciativa do traídor angolano, se de facto se confirmar, pode constituir um indicador útil acerca das futuras disposições dos novos dirigentes chineses.

ECONOMIA, QUAL?

Em declarações públicas, o Primeiro-Ministro anunciou que a economia portuguesa dá seguros sinais de reanimação.

A primeira reacção de quem deseja a defesa da democracia e das liberdades em Portugal é dizer que "ainda bem", sabendo-se, como se sabe, que a direita reacçãoária joga no atumamento económico para depois nos impingir um "salvador" que, como Salazar, redistribuir o orçamento sobre o sangue dos resistentes e a miséria do Povo.

Pensando melhor, porém, é preciso perguntar: que economia? A das empresas onde o grande capitalismo internacional tem interesses ou a das Unidades Colectivas de Produção? A dos portugueses em globo ou a das camadas privilegiadas que vêm consolidados os seus privilégios? Que economia dá sinais de recuperar: a dos exploradores ou a dos explorados?

ÁFRICA DO SUL: A MARCHA QUE JÁ NÃO PARA

Em Soweto, arrabalde negro de Joanesburgo, milhares de estudantes que se incorporaram no funeral de um camarada assassinado pela polícia cantaram, de punho erguido, hinos revolucionários. Nos motins que se seguiram, foram destruídas dezenas de viaturas da polícia.

Não há dúvida: também na África do Sul alguma coisa está em marcha. Alguma coisa que chegará ao fim, mais tarde ou mais cedo, como sempre aconteceu ao longo da História.

DESPORTO E PRODUÇÃO

O INATEL organiza, de 24 a 27 de Novembro, um Seminário subordinado ao tema "Desporto e Produção", que se realizará, em princípio, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O Seminário conta com a participação de diversos prelectores, nacionais e estrangeiros, que abordarão detalhadamente os temas que dizem respeito à "Fundação Científica da Relação entre o Desporto e a Produção"; o "Papel dos Sindicatos na Promoção e Gestão do Desporto para Trabalhadores em Sistema de Produção Socialista"; o "Papel dos Sindicatos e outras Organizações de Trabalhadores na

Promoção e Gestão do Desporto Trabalhista em Sistema de Produção Capitalista" e o "Desporto para Trabalhadores em Portugal — situação actual e perspectivas".

Estão abertas inscrições que funcionarão até ao dia 4 de Novembro, inclusive, devendo os participantes enviar os seus pedidos de inscrição para o Gabinete de Informação e Relações Públicas do INATEL — Caixa de Santana, 190. Também sobre o tema "Desporto para Trabalhadores em Portugal — situação actual e perspectivas" poderão, os que o desejarem, enviar as suas teses escritas subordinadas ao tema fixado, até dia 15 de Novembro próximo, segundo regulamento a publicar brevemente.

LER • OLHAR • ENTENDER • LER

QUE SOBREVÊNIA PARA O TEATRO INDEPENDENTE

A *Cooperativa de Trabalhadores de Teatro "A Barraca"* reconhece muito em breve a sua actividade. Sobre o assunto procurámos falar com Maria do Céu Guerra, nome soberanamente conhecido do público e que pertence ao agrupamento.

"Na altura difícil que o teatro independente atravessa, quisemos ouvir a opinião de uma actriz que optou entusiasticamente por um género de trabalho muito mais exaustivo além de constantemente ameaçado.

Maria do Céu Guerra, que se estreou no Teatro Universitário da Faculdade de Letras, está na origem do aparecimento de salas de espectáculo como a Casa da Comédia, Teatro Experimental de Cascais e mais tarde do Grupo Adone. Depois de 4 anos de teatro comercial, sempre com êxito, Céu Guerra explica-nos a razão da sua escolha.

— Nos tempos do fascismo, os sentimentos antifascistas, as críticas ao governo estavam generalizadas. Tirando os capitalistas e os homens do aparelho de Estado — seus cães de guarda — quase toda a gente comungava no mesmo ideal: ver cair a ditadura ou derrubá-la. O povo pensava que essa queda acarretaria o fim da exploração, a burguesia liberal pensava na liberdade de imprensa, no fim da censura, no cinema pornográfico, etc., etc. Bom, o que é certo é que os fascistas ninguém os queria a não ser os próprios fascistas. Assim, o teatro teve que reflectir este estado de coisas. Os empresários eram obrigados (claro que não estou a falar das giga-jogas com o poder) a fazer espectáculos que reflectiam a ideologia antifascista. Havia uma ampla plataforma comum. Era possível aos actores que participavam nela fazer teatro comercial de grande impacto — por utilizar os meios de propaganda de que este teatro dispõe — que minava a ideologia difundida pelo poder. Estou a lembrar-me de muitas revistas — algumas em que participei — que por serem o teatro mais vivo que se faz, chegaram a ter forte influência social, embora fossem,

evidentemente, enquadradas por circunstâncias de produção — preços de bilhetes, circuitos de difusão, etc. — que as anulavam em 50% da sua eficácia.

Neste momento as circunstâncias alteraram-se. O fascismo acabou. Por agora trata-se, portanto, de defender ou atacar, em democracia, os interesses do capitalismo e os valores (esprados!) da burguesia. É evidente que os empresários nesta etapa já não jogam. Se queremos trabalhar com eles devemos ser os veículos duma ideologia que muitos de nós recusamos, a ideologia burguesa e capitalista. É nesta perspectiva que eu não vejo hipótese de voltar tão depressa a fazer o tal teatro comercial. E por pensar que embora o povo goste de ir ao teatro, estar bem instalado e participar dum acto social a que tem todo o direito, eu opto nesta altura por ir aos seus locais e não trazê-lo aos nossos (nossos?), levar-lhe um teatro mais artesanal do que ele talvez gostasse de ver (é o que podemos) e transformar esse acto social e cultural em que o povo é passivo e colocado numa situação de conforto, por uma situação mais activa e desconfortável. Acresce a tudo isto o facto de os teatros continuarem nas mãos de quem os teve sempre e os grupos que pretendem fazer um trabalho contra essa corrente se verem na obrigação de se meterem em buracos sem condições de trabalho, onde não apetece ir.

— **Teatro independente, portanto?**

— Mas o teatro independente, apesar das suas inúmeras saídas para fora de Lisboa ao encontro da gente a que normalmente não era dado o direito de ver nada, encontra-se numa situação de ghetto. Sair desse ghetto deve ser a sua primeira batalha. Sem essa batalha ganha nada dos nossos objectivos será conseguido. Neste momento encontramos nos parante uma política da Secretaria de Estado da Cultura que visa o estrangulamento económico dos grupos. Lutar contra essa política é a nossa segunda batalha.

— **Agora gostava que falasses**



mais concretamente da actividade do grupo a que aderiste, A Barraca.

A Barraca, grupo em que trabalho desde a sua formação não tenciono acabar sejam quais forem as pressões económicas de que for alvo. Que o teatro se liberte tanto quanto possível e progressivamente das tutelas ministeriais é também um objectivo nosso. Para isso continuaremos a fazer espectáculos populares, continuaremos a procurar o público e embora saibamos que numa sociedade socialista o teatro é encarado como um serviço público, sabemos também que não vivemos numa sociedade socialista, de o governo pelo nome que der.

A Barraca é uma cooperativa de dez trabalhadores organizados desde Julho de 1975 e legalizados desde Fevereiro. Pensamos seguir com o nosso trabalho depois deste espectáculo, fazendo muitos outros. Este espectáculo é uma colagem de textos de Gil Vicente e Ruzante e que aproxima do nosso tempo outro tempo tão importante para o desenvolvimento da nossa história, que foram os descobrimentos e o seu envolvimento social — início do nosso período colonial. Em Itália a história era a mesma: luxo, expansionismo, riqueza para os dirigentes e seus capangas, miséria, fome, peste e guerra para o povo. É este o eixo de ligação do nosso trabalho, é esta a óptica porque queríamos que "Histórias de fidalgoes e alcoviteiras, pastores e judeus", mareantes e outros tratantes e fosse visto pelo público a que se destina.

— **Em geral quais são os vossos locais de actuação?**

— Nos dias 27, 28, 29 e 30 de Outubro estaremos a apresentar espectáculo no Campolide Atlético Clube, no dia 31 na Póvoa de Santa Iria, no dia 1 de Novembro em Santa Iria de Azoia, 3 no Cadém, 4 na Granja. E de 6 na sede dos Boncreiros em Moscovide, dia 9 e 10 na Casa da Comédia, 12 em Bicesse, 13 na Parede, 15 em Torres Novas, 16 no Lavradio, 18 no Barreiro, 19 em Alcochete, 20 em Sarrilhos Pequenos, etc., etc. Com o subsídio que tínhamos, que não era grande, cortado ao meio, não poderemos continuar a deslocarmo-nos tão longe: Beiras, Trás-os-Montes, etc., como temos feito até aqui. Paciência, esta é uma tarefa que não compete a grupos isolados, mas a um plano do Governo, que ele sabe, esperemos, ser a sua obrigação executar.

— **Saberá?...**

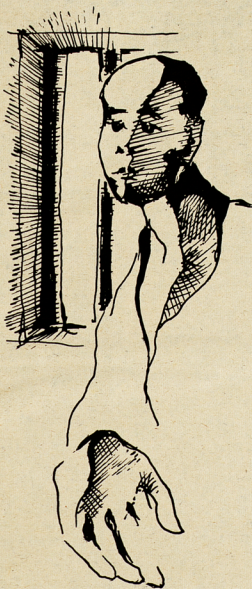


Por tagare... Que o outras incom... de sil... olhos, é assi...

cin... VE... (A...

Um aco... quanc... multo... dese... por q... public... "cer... choca...

Emi... mult... senti... o film... com... e bl... Observ... c l a... intern... dos g... univ... e mor... é u... e inc... uma... l n d... e o fa... forma... das... repres... Um... mult... projec...



UM HOMEM COM OS DIAS CONTADOS

VIRGÍLIO MARTINHO, autor de *Filopopulus* e *O Grande Cidadão*, desenvolveu intensa actividade no Atlético de Campolide como dramaturgo. Prepara neste momento uma peça de teatro inspirada na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes. O texto que publicamos nesta página pertence ao livro *O Concerto de Buzinas*.

Porque o guarda é um tagarela. Diz coisas e coisas. Que dentro de uma prisão há outras coisas com o nome de incommunicabilidade, de segredo, de silêncio. Que a lei tem mil olhos, mil braços, mil bocas. Que é assim a modos de um animal

cinema

VERIDIANA (Apolo 70)

Um filme de Buñuel é sempre acontecimento, mesmo quando a imprensa o refere muito menos do que seria para desejar. Talvez também porque não é possível publicá-lo com o alicante de "cenas eventualmente chocantes".

Embora o possa ser para muitos. Embora noutro sentido. Rodado em 1961, o filme viria a ser considerado como obra "sacrilega e blasfematória" pelo Observatore Romano, mas foi classificado, internacionalmente, como um dos grandes marcos da cultura universal. Irreverente e mordaz, chocante e poético, é um filme fascinante e incómodo, que desmistifica uma pseudo caridadezinha, individual e inútil, e o fanatismo doentio de uma forma de religião, que é uma das facetas do clima repressivo espanhol.

Um filme que fica connosco muito para além da sua projecção.

gigantesco e vigilante. Está porém disposto a esquecer que o preso recém-chegado lhe faltou ao respeito pois sabe, por vias e travessas (piscadela de olho), que ele é um homem com os dias contados, praticamente mortos. (Passão começa a ouvi-lo). Estendi-lhes os cobertores como faço com toda a gente e o safado deixou-os cair mesmo nas minhas barbas. Com o púcaro fez o mesmo. No entanto estou disposto a esquecer-se... Passão virou-lhe as costas, farto de ouvir o falador ou cansado de ter os cobertores na concha dos braços. E dirige-se ao preso, para lhe dizer: amigo, fizeste sangrar aquele sujeito ali da porta; ou perguntar-lhe: que história é essa de seres um homem praticamente morto? Mas ao vê-lo no meio da sala, arquejante, não lhe disse nada: não lhe entregou sequer os cobertores, ficou-se a olhá-lo.

Chama-se Rodriguez. É robusto, queimado de muito sol. Veste farrapos. Arqueja e parece que vai rebentar. E diz-nos, como quem atria uma epidemia: sou espanhol. Com a sua entrada coincidiu a saída de Simão para julgamento e houve um preso, Henrique que disse alto: um sai, outro entra, um bom sistema de vasos comunicantes. Havia ironia nas suas palavras. Romeia corroborou: dizes bem, preso por preso, homem por homem. Pois, um sistema primário mas eficiente, digo eu agora. Passão toca nas costas do espanhol e estende-lhe os cobertores, mas este volta-se bruscamente de puntes fechados, prontos a bater. Uma cena que durou

segundos. Passão dir-nos-á mais tarde: não tive medo, vi o medo nos seus olhos. E no seu diário escreverá: estendi-lhe os cobertores e disse-lhe: se não ficas com eles vais ter frio de noite, estamos em Dezembro. Mas este homem era um animal acossado, ferido de muitas feridas. Desses que arreganham o dente à sombra dum simples

galho de árvore. E insistiu: vá, homem, pega nos cobertores, são teus. Se o guarda falou verdade, e muita coisa depois o confirmou, tinha diante de mim um combatente condenado à morte, e que estranha sensação não era ver-lhe a boca crispada, e os cabelos desgrenhados, aqueles fortes punhos cerrados que tremiam...

CIDADE

A cidade é um chão de palavras pisadas a palavra criança a palavra segredo. A cidade é um céu de palavras paradas a palavra distância a palavra medo.

A cidade é um saco, um pulmão que respira pela palavra água, pela palavra brisa. A cidade é um poro, um corpo que transpira pela palavra sangue, pela palavra ira.

A cidade tem praças de palavras abertas como estátuas mandadas apear. A cidade tem ruas de palavras desertas como jardins mandados arrancar.

A palavra sarcasmo é uma rosa rubra A palavra silêncio é uma rosa chá Não há céu de palavras que a cidade não cubra Não há rua de sons que a palavra não corra À procura da sombra duma luz que não há.

José Carlos Ary dos Santos

TEMPO DE LEITURA

O CONCERTO DAS BUZINAS, de Virgílio Martinho — Coleção «ficcionistas portugueses» — Seara Nova.

Este romance de Virgílio Martinho, obra documental e densa, relata o dia-a-dia de uma cela no Aljube, numa altura em que coabitavam na mesma promiscuidade presos políticos e presos de delicto comum. O ambiente sufocante e as impiedosas regras prisioneiras, acabam por fazer vir à superfície todas as taras, todas as doenças e simultaneamente as recordações obsessivas daqueles homens que o destino juntou numa espécie de enxovia comum.

Com a segurança de quem viveu e suportou esse tipo de experiência, Virgílio Martinho chama a nossa atenção para uma realidade do passado que talvez ainda não esteja completamente ultrapassada no presente.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA REFORMA AGRÁRIA, de Álvaro Cunhal — Coleção «Revista Agrária» — Edições Avante.

Com a lucidez habitual, Álvaro Cunhal faz neste volume uma aprofundada análise à questão agrária portuguesa, contestando certas estatísticas oficiais e desmistificando teorias, o que confere à obra um tom polémico que prende o leitor.

Como diz Júlio Silva Martins na Introdução: «A partir de agora este livro irá ser um vigoroso instrumento de acção na defesa e avanço da Reforma Agrária, assim como em todo o processo revolucionário conduzido pelos trabalhadores, pelas suas organizações, pelas suas mulheres e desmistificando teorias, o que confere à obra um tom polémico que prende o leitor.»

ENSAIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO MONISTA DA HISTÓRIA, de Jorge Pláchanov — Tradução de Maria de Luz Veloso — Coleção «Praxis» — Editorial Estampa.

«Materialismo e idealismo, a isto se reduzem as grandes direcções do pensamento filosófico. É verdade que quase sempre existiram paralelamente sistemas dualistas que consideravam o espírito e a matéria como substâncias distintas e independentes. Mas o dualismo nunca pôde fornecer uma resposta satisfatória a uma questão impossível de ludir: como é que duas substâncias distintas, que não possuem nada de comum entre si, podem exercer influência uma sobre a outra? Por isso os pensadores mais consequentes e mais profundos se inclinaram sempre para o monismo, isto é, para explicação dos fenómenos por um único princípio fundamental» (do prefácio feito pelo autor à segunda edição da obra).

POLÓNIA — SISTEMA POLÍTICO E DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA — Autor: Michal Sadownik — Tradutor: Emanuel Lourenço Godinho.

REVISTA SOCIALISTA DA CECOSLOVÁQUIA — Autor: Zdeněk Madar e colaboradores — Tradutor: Mirjam Mander Silva Monteiro.

Transportado pelos Caminhos de Ferro Portugueses

COMÍCIO DE SACAVÉM

NÃO, A UM MOVIMENTO SINDICAL REFORMISTA!

"Não é com uma política de conciliação de classes que se resolvem os problemas dos trabalhadores" - afirmou João Silva da União dos Sindicatos de Lisboa, no decorrer da sua intervenção num comício realizado em Sacavém na passada sexta-feira.

Porante milhares de trabalhadores daquela zona industrial, aquele dirigente sindical acentuou que foi através da luta que os trabalhadores conseguiram obrigar o patronato a sentar-se à mesa das negociações, evitar os despedimentos e avançar com as nacionalizações, a implantação do controlo operário e a reforma agrária.

Referindo o boicote que os patrões, contando com o apoio mais ou menos descarado do Governo", têm vindo a mover a todos os processos de contratação colectiva, o representante da U.S.L. acentuou que tais atitudes, paralelamente à criação ou empolamento de falsos conflitos, pretendem apenas provocar situações de choque entre os trabalhadores e a população em geral ou as forças militares e militarizadas.

Exigindo do governo medidas concretas que obriguem o patronato a negociar os contratos colectivos actualmente em discussão, João Silva destacou o facto de o Ministério do Trabalho pretender legislar sobre direitos e regalias dos trabalhadores sem primeiro os ouvir, e sem pôr à discussão os Projectos de Lei que pretende aprovar, "calcando pura e simplesmente a Constituição".

Exigindo o cumprimento integral da Constituição, terminaria a sua intervenção apelando para a unidade e vigilância dos trabalhadores.

IMPEDIR A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Usou em seguida a palavra Jerónimo de Sousa que, falando em representação do Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa.

Acentuou que a análise da legislação antioptarária e a criação de condições para a combater, "apresentando as nossas soluções concretas que visem impedir a recuperação capitalista", constitui hoje uma questão de fundo para as massas trabalhadoras.

Debruçando-se sobre as manobras de recuperação capitalista actualmente em curso, o representante da C.I.L. referiu que nas empresas sob intervenção estatal, o patronato, "através dos seus agentes" aumentou as

pressões e as provocações pretendendo recuperar para si empresas que, em muitos casos, foram salvas da falência pelos trabalhadores.

Passando em revista os casos concretos da Sanimar, da Inteno, da Bertrand e da Agfa-Gevaert, Jerónimo de Sousa integrou-os no âmbito de uma ofensiva mais vasta do patronato, que passa também pela sabotagem de toda a contratação colectiva. Nestas como noutras situações, o Governo com as suas indecisões e indefinições beneficia os objectivos do patronato e a recuperação capitalista.

Numa perspectiva de futuro, a tarefa que se impõe à classe operária e às massas trabalhadoras não pode ser meramente reivindicativa: "Para além do salário e do emprego, os trabalhadores portugueses terão de saber reivindicar também e essencialmente a democracia e o socialismo".

Mais adiante afirmara:

O Governo terá de fazer uma opção clara. Mesmo com o risco de perder alguns apoios, ou antes alguns votantes, poderá manter

Após expressar a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores da panificação, Jerónimo de Sousa referiu-se aos Projectos de Lei actualmente pendentes para discussão na Assembleia da República, exigindo a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação que directamente lhes diz respeito, frisando, a terminar, "que o futuro democrático da nossa Pátria se constrói com os trabalhadores, para os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores".

ACTIVA PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO

Falando em nome do Secretariado da Intersindical, Carlos Carvalho defendeu a necessidade do reforço da unidade dos trabalhadores e referiu-se às manobras divisionistas de sindicatos que de "democráticos" só têm o nome. Pois "uma coisa é dizer-se democrático e outra é ser efectivamente democrático".

Conforme acentuou Carlos Carvalho, as assembleias recentemente realizadas nos sindicatos da "Carta Aberta",



o processo democrático com o apoio dos trabalhadores e ao lado das forças democráticas civis e militares.

O que o Governo não pode é ir fazendo cedências à direita reacção e ao capitalismo, na crença de que este abraçe a tentativa de recuperação dos privilégios, apelando por outro lado para o aumento de produção e da produtividade e para os sacrifícios e privações dos trabalhadores".

demonstraram que as direcções destes sindicatos respeitam tudo... menos a vontade dos trabalhadores.

Frisando que os argumentos daquelas direcções sindicais apenas servem para criar uma situação justificativa da divisão do movimento sindical, aquele elemento do Secretariado da Inter manifestou a sua certeza de que os trabalhadores portugueses não lhe darão essa justificação.



UNIDADE NA CERTEZA DA VITÓRIA

Depois de afirmar que a Central Sindical foi construída nos difíceis momentos do fascismo, Carlos Carvalho referiu que o Congresso está aberto à participação de todos os sindicatos, declarando a certo passo que "não pretendemos um movimento sindical reformista, não queremos um movimento verdadeiramente revolucionário, que represente os interesses mais profundos das massas trabalhadoras".

Assinalando que o Governo e o patronato se querem servir da situação criada por algumas direcções sindicais para dizer que o Movimento Sindical se encontra dividido e que portanto não encontram com quem dialogar - para entretanto continuar a ser elaborada legislação sem que ninguém seja consultado -, Carlos Carvalho definiu a necessidade de uma participação activa de todos os trabalhadores na preparação do próximo Congresso, tendo em vista a apresentação de propostas concretas para a resolução dos grandes problemas nacionais.

No decorrer do comício de Sacavém foi aprovada uma moção de apoio à Reforma Agrária - repudiando as manobras da CAP e a cobertura que dela têm feito alguns órgãos de comunicação social - tendo também sido repudiada a ingerência no Sindicato da Hotelaria, afirmando os trabalhadores presentes que consideravam "que este método fascista já tinha sido varrido da nossa sociedade".

Causou enorme vibração a intervenção de um membro da Comissão de Trabalhadores da Inteno que anunciou que - em resultado da grande mobilização e da solidariedade operária que se gerou em torno da luta que se verificou naquela empresa - foi levantada a suspensão que pendia sobre 11 trabalhadores.

E foi com palavras de ordem que expressavam o querer da unidade na certeza da vitória que, ao som do "Venceremos" terminou aquela jornada de luta.

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

A Intersindical Nacional fez-se representar numa reunião realizada no passado dia 20 no Ministério do Trabalho onde foram divulgadas as grandes linhas a que devem obedecer alguns dos projectos de leis anunciadas por aquele ministério.

A Intersindical Nacional reafirmou na referida reunião a posição assumida e defendida pelo Movimento Sindical quanto à forma a que deve obedecer a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, para se dar cumprimento ao Art.º 58.º da Constituição, rejeitando que tais

reuniões pudessem ser entendidas como consulta aos trabalhadores.

Apesar da alteração verificada na posição inicialmente assumida pelo Ministério do Trabalho, ela não dá, ainda, satisfação às exigências mínimas do que deve ser a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho. Para tal é indispensável que os trabalhadores, unidos e organizados, continuem a defender o rigoroso cumprimento da Constituição e continuem a mostrar a firme disposição de defender as conquistas obtidas após o 25 de Abril.

Rovilha

